Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Setembro/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de
Auditor da Receita Estadual (ARE)

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE
EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVAS OBJETIVAS)
CONHECIMENTOS GERAIS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hannah Arendt, teórica política, escreveu sobre poder, democracia e totalitarismo.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o texto a seguir para responder às questões de números 1 a 10.

Renato Mendonça e *A influência africana no português do Brasil*, um estudo pioneiro de *africanias* no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em "Comunidades negras: refúgios de africanias *na Colômbia", podemos entender* africanias *como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.*

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasiliana, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, *ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.*

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa*, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos "afro-brasileiros" – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.*

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. **A influência africana no Português do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1. *Addendum*: adendo, apêndice.

1. Está correta a seguinte apreciação de aspectos do texto:

(A) Apresentando uma obra elaborada nos anos 1930, a autora mira em problemas culturais emergidos no presente, discorrendo de forma anacrônica sobre questões étnico-raciais.

(B) As queixas da autora quanto à desvalorização dos *estudos "afro-brasileiros"* revelam que ela mesma integra a especialidade, também padecendo, portanto, dos processos de deslegitimação científica que denuncia.

(C) As edições posteriores da obra de Renato Mendonça não fizeram jus ao seu caráter inovador.

(D) Informações sobre personalidades, editoras e locais são detalhados, já que a difusão desses dados sobre parte da história cultural brasileira é o objetivo do texto.

(E) O texto aquilata o papel de uma obra em determinado cenário científico e cultural, descrevendo-a e avaliando-a a partir do viés de uma especialista.

2. Está correto o seguinte comentário sobre o texto:

(A) O título antecipa o mérito do trabalho de Mendonça: ainda que de modo lacunar, o autor é o único em sua época a destacar as *africanias* como formantes da identidade linguística brasileira.

(B) O conceito de *africanias* é articulado de modo a ressaltar o seu caráter estrutural, isto é, que elas estão subjacentes a aspectos sociais, culturais e linguísticos caracterizados como brasileiros.

(C) Diante de forças opressoras, as *africanias* se viabilizaram por meio da modificação, que leva a uma disjunção entre a bagagem inaugural e seus resultados identitários difusos.

(D) A expressão *Dentro desse plano de entendimento* sublinha que Mendonça não teve como escapar às injunções de seu tempo, compondo, ele também, uma obra que dissocia o "afro" do "brasileiro".

(E) Baseando-se no conceito de *africanias*, a autora conclui que as diferentes línguas faladas no Brasil ao longo dos períodos colonial e imperial devam ser caracterizadas como *negroafricanas*.

---

3. No quarto parágrafo,

(A) as reflexões metalinguísticas instauram um corte na argumentação geral, voltada a demonstrar o reduzido interesse pelo estudo de línguas africanas no Brasil.

(B) descreve-se como a Linguística e a Filologia têm disputado o objeto de pesquisa, para o qual a autora advoga uma abordagem holística, ancorada nos chamados "estudos afro-brasileiros".

(C) disserta-se sobre o acordo ortográfico, que impôs ao termo "afro-brasileiros" uma cisão de elementos culturais anteriormente percebidos como articulados pela sociedade brasileira.

(D) manipulam-se convenções da escrita, fazendo ressaltar de jogos linguísticos uma crítica a um sistema de valores historicamente construídos.

(E) o emprego de aspas em "afro-brasileiros" imprime tom jocoso ao fragmento dissertativo, além de denunciar preciosismo e preconceito dos que determinaram a ortografia.

---

4. Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:

(A) *Negroafricanas,* diferentemente de *afro-brasileiros,* deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.

(B) O modo de escrita dos itens *aparte* e *a parte* evidencia, tal como demonstrado no texto, que não há conexões semânticas entre eles.

(C) A grafia da preposição e do pronome em *de esse* sublinha a função sintática do fragmento que introduzem, tal como em "João alertou para o perigo de o Paulo ser demitido".

(D) *Iconográfico, resistência* e *partícipe* têm sua acentuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

---

5. O comentário que está em **DESACORDO** com o emprego de palavras e expressões no texto é:

(A) Em *como forma de resistência e de continuidade* ***na*** *opressão,* o item destacado equivale a "diante da".

(B) Em ***naquela*** *língua portuguesa,* o item destacado situa a língua no passado, distinguindo-a da língua portuguesa usada pela autora e seus leitores.

(C) A forma destacada em ***entrados*** *no Brasil* enfatiza o caráter involuntário do processo descrito.

(D) Em *aquelas* ***vozes*** *de mais de quatro milhões de negros escravizados,* a palavra destacada sintetiza diferentes aspectos linguísticos do referido aprendizado.

(E) em *uma bibliografia ainda hoje consistente* traz, no contexto, o implícito de que os verdadeiros achados científicos permanecem.

---

6. Está correto o seguinte comentário:

(A) A coordenação em *transformou-se e converteu-se* visa à ênfase do processo descrito, já que, no contexto, os verbos são sinônimos e compartilham o mesmo complemento.

(B) O fragmento *o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990)* é um aposto, trazendo, portanto, informações irrelevantes.

(C) Em *mais como objeto de pesquisa... em estudos "afro-brasileiros"*, há supressão de termo da estrutura sintática de comparação, facilmente subentendido no contexto.

(D) *podemos entender* africanias *como a bagagem cultural submergida* descreve evento tomado como independente de circunstâncias.

(E) O fragmento *São essas matrizes que* [...] antecipa o complemento verbal, sem que haja impactos sobre o sentido do período derivados dessa opção estilística.

7. Está correto o seguinte comentário sobre o texto:

(A) O fragmento *Ao lado de Jacques Raimundo...* manteria o paralelismo sintático se o trecho grifado fosse substituído por "da de".

(B) *Coloca* é usado no texto com o mesmo sentido visto em: "Coloquei minhas ressalvas de lado quando ele explicou o projeto".

(C) No contexto, os itens coordenados em *resistência e continuidade* poderiam ser sintetizados por "resiliência", característica sistematicamente associada no texto aos afro-brasileiros.

(D) *Também de caráter inovador* traz o implícito de comparação dos elementos analisados com as inovações que o campo de estudos tem experimentado atualmente.

(E) A opção pelo termo *addendum*, em latim, revela um processo de variação: ele é usual entre os falantes do português do Brasil das faixas etárias mais elevadas, familiarizados com o antigo idioma.

---

8. Estão corretas as seguintes alterações propostas para a pontuação de fragmentos do texto:

(A) a 1ª edição, foi publicada pela Gráfica Sauer, com prefácio, de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro, no Brasil, – colonial e imperial.

(B) ilustrada, com mapas e fotografias, e aumentada em dois capítulos: um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira.

(C) Dentro desse plano de entendimento Renato Mendonça coloca, e avalia a interferência, que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados.

(D) Também, de caráter inovador, são os mapas, toponímicos: com localidades, designadas, por nomes africanos, no Brasil, da autoria do geógrafo, Carlos Marie Cantão que vem em *addendum*; ao final do livro.

(E) a 3ª edição de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973 a 2ª edição, é republicada pela Civilização Brasileira.

---

9. Vai ao encontro de ideia presente no texto o seguinte comentário:

(A) *"Quando se pensa a realidade linguística do Brasil em seu conjunto, não se pode deixar de ter em conta o grande abismo que separa uma minoria, que desfruta de bens e serviços do universo da cidadania, da grande maioria, que pouco ou nenhum acesso tem aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos sociais básicos."*

(B) *"Na medida em que grande parte de seus antepassados eram "peças" (seres humanos reduzidos à condição de coisa, para usufruto de seus senhores), deve-se pensar que esses falares se formaram no grande cadinho que fundiu, na fornalha da escravidão em massa, as etnias originárias e as etnias africanas na forma do colonizador europeu."*

(C) *"Se é a língua do colonizador – o português – que se impõe aos diferentes segmentos sociais no Brasil, não se pode deixar de perceber nela as marcas dos processos de aquisição e de nativização por estrangeiros."*

(D) *"Nos casos mais radicais das comunidades mais isoladas, continuariam em uso variedades crioulizadas do português, como os remanescentes do 'falar crioulo' descobertos, em Helvécia, no Extremo Sul do Estado da Bahia, por Carlota Ferreira."*

(E) *"Certos processos de variação e mudança induzidos pelas situações de contato maciço do português com línguas indígenas e africanas puderam penetrar nas camadas médias e altas, generalizando-se no português brasileiro como um todo."*

---

10. É um livre comentário escrito em conformidade com as regras da norma-padrão:

(A) Quando Jacques Raimundo e Renato Mendonça publicaram suas obras, já faziam quase 30 anos que não surgiam no Brasil obras destinadas à tal tema.

(B) Haviam críticas na literatura especializada à cerca do emprego de termos como "elemento", presente no título da obra de Jacques Raimundo.

(C) *O elemento afro-negro na língua portuguesa* concorre com a obra de Renato Mendonça já à partir do momento que foi lançado, tanto pela coincidência no tema como pela distinção quanto à enfoques.

(D) Existe diferenças de aprofundamento entre as obras de Jacques Raimundo e Renato Mendonça, sendo aquele mais radical em relação as rupturas epistemológicas.

(E) Jacques Raimundo e Renato Mendonça produziram, ambos em 1933, obras indispensáveis à plena compreensão da influência negro-africana no português brasileiro.

Raciocínio Lógico-Matemático e Matemática Financeira

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se a Raciocínio Lógico-Matemático.

11. Será formada uma comissão no Congresso com exatamente quatro parlamentares, de modo que sejam necessariamente cumpridos os seguintes requisitos:

- a comissão terá dois homens e duas mulheres;
- não haverá na comissão dois parlamentares do mesmo partido;
- não haverá na comissão dois parlamentares da mesma região.

Os quatro integrantes da comissão deverão ser escolhidos entre os seguintes oito indicados:

Parlamentar	Gênero	Partido	Região
Ana	Feminino	P1	Nordeste
Benedito	Masculino	P2	Centro-Oeste
Cecília	Feminino	P2	Norte
Daniel	Masculino	P3	Sudeste
Everaldo	Masculino	P4	Nordeste
Francisco	Masculino	P5	Sul
Getúlio	Masculino	P6	Sudeste
Helena	Feminino	P6	Nordeste

Para que todos os requisitos sejam cumpridos, deverão necessariamente compor a comissão os parlamentares

(A) Ana e Cecília.

(B) Ana e Getúlio.

(C) Cecília e Francisco.

(D) Daniel e Helena.

(E) Francisco e Helena.

---

12. Considere um grande dado cúbico de madeira com seis faces numeradas de 1 a 6. Três formigas encontram-se paradas sobre a superfície desse dado de modo que:

- a formiga **A** está no ponto comum das faces com os números 1, 2 e 3;
- a formiga **B** está sobre a face com o número 1, posicionada de forma que sua distância até a formiga **A** seja a maior possível;
- a formiga **C** está sobre a face com o número 2, também posicionada de forma que sua distância até a formiga **A** seja a maior possível.

Se a distância entre as formigas **A** e **B** é de 40 cm, então a distância entre as formigas **B** e **C**, em centímetros, é de

(A) 20

(B) 28

(C) 80

(D) 56

(E) 40

---

13. No jogo de dominó, as peças são divididas em duas partes. Em cada parte, são indicados de 0 a 6 pontos, como exemplificado nas figuras.

Como as duas partes de uma peça podem ter a mesma quantidade de pontos indicados, existem 28 peças diferentes de dominó, considerando todas as possíveis combinações de pontos.

Uma pessoa organizou essas 28 peças em sequência, de acordo com os seguintes critérios:

- os pontos marcados em cada parte de uma peça foram multiplicados e as peças foram colocadas em ordem crescente dos produtos obtidos;
- quando o produto dos pontos de duas peças era igual, colocava-se antes a peça cuja soma dos pontos fosse menor.

Nessa sequência, a peça com 2 pontos em uma parte e 6 pontos na outra ocupou a

(A) 17ª posição.

(B) 18ª posição.

(C) 19ª posição.

(D) 20ª posição.

(E) 21ª posição.

14. A partir de novembro de 2022, será disputada a Copa do Mundo de Futebol do Catar. Os oito grupos foram sorteados a partir da definição dos cabeças de chave, equipes mais bem posicionadas no *ranking* internacional. Se todos os cabeças de chave se classificarem em primeiro lugar em seus grupos e vencerem a partida da fase oitavas de final, os jogos da fase quartas de final serão os seguintes:

Jogo 1 – Catar × Argentina

Jogo 2 – Espanha × Brasil

Jogo 3 – Inglaterra × França

Jogo 4 – Bélgica × Portugal

Entre essas oito equipes, há duas sul-americanas (Brasil e Argentina) e uma asiática (Catar, equipe dona da casa), sendo as demais europeias. Com exceção de Catar, Bélgica e Portugal, todos os cabeças de chave já foram campeões mundiais.

Na sequência da competição, os vencedores dos jogos 1 e 2 enfrentam-se em uma das semifinais e os vencedores dos jogos 3 e 4 fazem a outra semifinal. Os vencedores das duas partidas semifinais disputam a grande final, que definirá o campeão mundial de 2022.

Considerando que a configuração das quartas de final descrita acima se confirme, a final da Copa do Mundo de 2022

(A) poderá ser disputada entre Brasil e Argentina.

(B) terá necessariamente uma equipe que nunca foi campeã mundial.

(C) não poderá ser disputada entre duas seleções que já ganharam o mundial.

(D) poderá ter a equipe da casa enfrentando uma seleção sul-americana.

(E) terá necessariamente a participação de uma equipe europeia.

Atenção: As questões de números 15 a 18 referem-se a Matemática Financeira.

15. Uma pessoa aplica 2/3 de um capital, durante 1 semestre, a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre. O restante do capital ela aplica, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples de 18% ao ano. Sabendo-se que a soma dos montantes destas duas aplicações apresentou um valor igual a R$ 32.718,00, o valor dos juros da aplicação sob o regime de capitalização simples supera o valor dos juros da outra aplicação em

(A) R$ 240,00

(B) R$ 282,00

(C) R$ 180,00

(D) R$ 160,00

(E) R$ 120,00

---

16. Um título é descontado em um banco 4 meses antes de seu vencimento segundo uma operação de desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 30% ao ano e apresentou o valor do desconto igual a R$ 2.050,00. Mudando a operação para o desconto comercial simples, a uma taxa de desconto de 24% ao ano, o valor atual correspondente passa a ser de

(A) R$ 20.746,00

(B) R$ 20.295,00

(C) R$ 20.240,00

(D) R$ 21.620,00

(E) R$ 20.930,00

---

17. Um imóvel é adquirido pelo valor de R$ 500.000,00, sendo que o comprador pagou 20% deste valor na data da aquisição. O restante deverá ser quitado por meio de 100 prestações mensais e consecutivas, a uma taxa de juros mensal positiva i, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data de aquisição. Sabendo-se que foi utilizado o sistema de amortização constante e que a 15ª prestação apresenta um valor igual a R$ 9.160,00, a penúltima prestação é igual a

(A) R$ 4.080,00

(B) R$ 4.120,00

(C) R$ 4.180,00

(D) R$ 4.060,00

(E) R$ 4.160,00

18. O fluxo de caixa abaixo corresponde a um projeto em que houve na data inicial (Ano 0) um desembolso no valor de R$ 72.000,00.

Ano	Fluxo de caixa (R$)
0	– 72.000,00
1	X
2	**Y**

Sabendo-se que (X + Y) = 84.700,00 e que a taxa interna de retorno positiva deste fluxo é igual a 10% ao ano, o valor de **Y** é igual a

(A) R$ 62.700,00

(B) R$ 61.600,00

(C) R$ 60.500,00

(D) R$ 58.080,00

(E) R$ 59.290,00

Direito Constitucional

19. Considere que leis de determinado Estado tenham contemplado as seguintes situações, em matéria de remuneração de pessoal:

I. O reajuste dos vencimentos de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos obedecerá a certo índice federal de correção monetária.

II. Auditor do Tribunal de Contas, quando em substituição a Conselheiro, perceberá o equivalente a um percentual do subsídio deste, proporcional aos dias em que exercer as funções do substituído.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

(A) apenas a situação I é inconstitucional, por violar a vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(B) apenas a situação II é inconstitucional, por violar a vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(C) apenas a situação II é inconstitucional, uma vez que, pelo modelo federal, que deve ser seguido no âmbito estadual, o auditor, quando em substituição, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular do cargo, mas não se prevê a equiparação em relação à remuneração.

(D) ambas as situações violam a vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(E) ambas as situações são constitucionais, uma vez que foi respeitada a reserva de lei em matéria remuneratória.

---

20. Servidor público ocupante de cargo efetivo na Administração direta estadual é cônjuge da Governadora do Estado respectivo. No curso do mandato, a Governadora falece, e o agora viúvo pretende candidatar-se a Prefeito da capital do Estado. Nesse caso, consideradas as normas constitucionais pertinentes e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o servidor é

(A) inelegível, pois a dissolução do vínculo conjugal não afasta a inelegibilidade que se impõe ao cônjuge no território de circunscrição do titular de mandato de chefia de Executivo.

(B) elegível, pois não há pretensão a concorrer a cargo no território de circunscrição do titular de mandato de chefia do Executivo de que o servidor era cônjuge; se eleito, o servidor ficará afastado de seu cargo efetivo.

(C) elegível, pois não há pretensão a concorrer a cargo no território de circunscrição do titular de mandato de chefia do Executivo de que o servidor era cônjuge; se eleito, havendo compatibilidade de horários, o servidor perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo.

(D) elegível, pois a dissolução do vínculo conjugal pela morte da Governadora não atrai a causa de inelegibilidade que se impõe ao cônjuge no território de circunscrição do titular de mandato de chefia de Executivo; se eleito, o servidor ficará afastado de seu cargo efetivo.

(E) elegível, pois a dissolução do vínculo conjugal pela morte da Governadora não atrai a causa de inelegibilidade que se impõe ao cônjuge no território de circunscrição do titular de mandato de chefia de Executivo; se eleito, havendo compatibilidade de horários, o servidor perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo.

21. Considere as seguintes afirmações à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a disciplina constitucional das limitações ao poder de tributar:

I. A alteração, por lei, do prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

II. Viola o princípio da não cumulatividade lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte.

III. O princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II.

(B) III.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

---

22. Determinada empresa impetrou mandado de segurança contra ato de autoridade aduaneira que condicionou o desembaraço de mercadorias importadas pela impetrante à comprovação de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) respectivo, sob o fundamento de inconstitucionalidade dessa exigência, prevista em lei. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o uso do mandado de segurança para a finalidade pretendida é, em tese,

(A) admissível, ademais de ser procedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da exigência, cabendo reclamação para o STF se denegada a segurança.

(B) admissível, ademais de ser procedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da exigência, embora não caiba reclamação para o STF se denegada a segurança.

(C) admissível, embora seja improcedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da exigência.

(D) inadmissível, ademais de ser improcedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da exigência.

(E) inadmissível, embora seja procedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da exigência.

---

23. Consideradas a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Amapá e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal é

(A) inadmissível, seja perante o Tribunal de Justiça estadual, seja perante o Supremo Tribunal Federal, inexistindo controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.

(B) admissível, apenas perante o Tribunal de Justiça estadual, desde que o parâmetro de controle seja norma de reprodução obrigatória ou exista, no âmbito da Constituição estadual, regra de caráter remissivo.

(C) admissível, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, desde que o parâmetro de controle seja norma de reprodução obrigatória que não conste expressamente do texto da Constituição estadual.

(D) inadmissível, seja perante o Tribunal de Justiça estadual, seja perante o Supremo Tribunal Federal, embora lei municipal possa ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, em face da Constituição Federal.

(E) admissível, seja perante o Tribunal de Justiça estadual, seja perante o Supremo Tribunal Federal.

---

24. Motoristas e cobradores de ônibus de determinado Município pretendem rever aspectos do último acordo coletivo celebrado pela categoria, de forma a obter melhorias nas condições de trabalho vigentes. Não tendo chegado a um consenso com as empresas prestadoras do serviço de transporte municipal, os trabalhadores recusaram-se a prosseguir em negociação coletiva, não aceitaram submeter-se a arbitragem e deliberaram por realizar greve.

Nessa hipótese, nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considerando estar-se diante de caso que envolve atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público,

(A) é vedado o exercício de greve pelos trabalhadores.

(B) está o sindicato dos trabalhadores legitimado para ajuizar, em defesa dos interesses coletivos da categoria, dissídio coletivo de natureza econômica, independentemente de anuência das empregadoras.

(C) estão as empregadoras legitimadas para ajuizarem dissídio coletivo de natureza econômica, independentemente de anuência do sindicato da categoria, diante da recusa à negociação e à arbitragem.

(D) caberá à Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, embora não as convencionadas anteriormente.

(E) é cabível o ajuizamento de dissídio coletivo pelo Ministério Público do Trabalho.

25. Determinada lei estadual estabelece que 8% da parcela da receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pertencente aos Municípios serão distribuídos com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. À luz da Constituição Federal, referida lei é

(A) constitucional, pois até 35% da parcela de receita do ICMS pertencente aos Municípios serão creditadas conforme critérios estabelecidos em lei estadual.

(B) constitucional, pois até um quarto da parcela de receita do ICMS pertencente aos Municípios será creditado conforme critérios estabelecidos em lei estadual.

(C) inconstitucional, por versar sobre matéria reservada à lei complementar federal.

(D) inconstitucional, pois invade competência legislativa e administrativa dos Municípios, aos quais pertencem 25% do produto da arrecadação do ICMS.

(E) inconstitucional, porque não atende ao percentual mínimo a ser observado obrigatoriamente para esse fim.

26. Nos termos da Constituição do Estado do Amapá, caberá ao Governador decretar intervenção do Estado nos Municípios, mediante

(A) representação fundamentada da Câmara Municipal respectiva, na hipótese de aplicação inferior a 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

(B) provimento de representação pelo Tribunal de Contas do Estado, na hipótese de não haver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.

(C) requisição da Câmara Municipal respectiva, para assegurar a observância do princípio da autonomia municipal, constante da Constituição estadual.

(D) requisição do Tribunal de Justiça do Estado, na hipótese de deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

(E) solicitação da Assembleia Legislativa do Estado, aprovada por maioria absoluta de seus membros, na hipótese em que a suspensão da execução do ato impugnado bastar ao restabelecimento da normalidade.

Direito Administrativo

27. Um ato administrativo que venha a ser invalidado pelo Poder Judiciário com fundamento na Teoria dos Motivos determinantes possui

(A) caráter discricionário e a decisão decorre da comprovação de que os motivos de fato ou de direito declinados pela autoridade prolatora apresentam-se como falsos ou inexistentes.

(B) natureza de ato vinculado, resultando a invalidação judicial da constatação da inobservância dos requisitos legais ou normativos previstos para sua edição.

(C) evidência de desvio de finalidade, identificado a partir do cotejo da finalidade constante da motivação do ato e dos objetivos realmente pretendidos com a sua prática.

(D) vício em seu mérito, por afronta ao interesse público ou inobservância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que autoriza a reavaliação em sede judicial.

(E) natureza discricionária, constatando-se, contudo, que não atingiu as finalidades determinadas em lei, cabendo ao Judiciário, nessa excepcional hipótese, a sua revogação.

28. Considere que uma sociedade de economia mista tenha recebido solicitação, fundamentada na Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de disponibilização de estudos realizados para realização de futuro projeto de implantação de um parque tecnológico e tenha negado a disponibilização dos estudos ao solicitante. De acordo com a normatização estabelecida no referido diploma legal, tal conduta

(A) somente será legítima, caso ocorra negativa do solicitante em declinar os legítimos interesses que justificam a solicitação.

(B) afigura-se legítima, eis que as sociedades de economia mista não se submetem à referida legislação, dada a natureza de pessoa jurídica de Direito Privado.

(C) encontra amparo legal, pois apenas documentos relativos a contratos e atos jurídicos já editados devem ser objeto de divulgação e disponibilização aos solicitantes.

(D) será válida, caso se trate de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(E) não encontra amparo legal, pois inexiste possibilidade de negar acesso público a quaisquer documentos produzidos pela Administração, salvo aqueles produzidos pelas Forças Armadas e indispensáveis à manutenção da segurança nacional.

29. Constitui expressão do princípio da supremacia do interesse público em sua incidência nos contratos administrativos

(A) as denominadas cláusulas exorbitantes, que conferem à Administração a possibilidade de impor alterações do objeto do contrato para melhor adequação ao interesse público.

(B) a prerrogativa conferida à Administração de modificação da equação econômico-financeira original do contrato, caso verificada a ocorrência de álea econômica extraordinária.

(C) a faculdade de rescisão unilateral pela Administração, independentemente do descumprimento de obrigações por parte do contratado, com os consectários previstos na legislação de regência.

(D) a possibilidade de aplicação de sanções ao contratado na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas, sendo igual prerrogativa conferida ao contratado exclusivamente na hipótese de contrato de concessão de serviços públicos.

(E) a atribuição à Administração de poderes de fiscalização da atuação do contratado, vedada, contudo, a aplicação de multas ou outras penalidades que extrapolem aquelas previstas no Código Civil para os contratos em geral.

30. A responsabilidade civil (extracontratual) das concessionárias de serviços públicos pelos danos causados por comportamentos comissivos de seus agentes na prestação do serviço concedido

(A) é solidária em relação à responsabilidade objetiva primária do Poder Concedente, dependendo, adicionalmente, da comprovação de falha na prestação do serviço.

(B) é de natureza objetiva, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa, recaindo sobre o Poder Concedente responsabilidade em caráter subsidiário caso verificada insuficiência do patrimônio da concessionária.

(C) é de natureza subjetiva, pressupondo comprovação de dolo ou culpa do concessionário privado, não sendo suficiente a mera constatação do nexo de causalidade entre o dano e a prestação do serviço.

(D) enseja a obrigação de ressarcir o particular lesado apenas por atos dolosos ou praticados com culpa grave por seus agentes, recaindo sobre a Administração a responsabilidade solidária decorrente da falha de fiscalização.

(E) rege-se pela regra geral do Direito Civil, sendo a responsabilidade extracontratual objetiva aplicável apenas às pessoas jurídicas de direito público e às empresas estatais delegatárias de serviços públicos.

31. Enquadram-se na categoria de agente público

(A) empregados públicos, excluídos os contratados em caráter temporário para atendimento de excepcional necessidade pública.

(B) servidores públicos, salvo os ocupantes de cargo de livre provimento declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(C) agentes políticos, o que inclui os Secretários de Estado, não obstante não detenham mandato.

(D) aqueles que possuam algum vínculo funcional com a Administração, excluídos os detentores de mandato eletivo.

(E) apenas servidores admitidos mediante concurso público, ocupantes de cargo ou emprego público.

32. Considere que determinado órgão da Administração pública pretenda contratar, na forma regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serviços de avaliação de bens inservíveis e tenha optado por procedimento de credenciamento. Nesse contexto, é possível concluir

(A) pela ilegalidade da opção, eis que tal modalidade apenas se aplica para contratação de pessoas físicas, na condição de profissionais liberais prestadores de serviços.

(B) pela ocorrência de hipótese de dispensa de licitação em razão do valor estimado da contratação, o que demanda a adoção da seleção mediante credenciamento.

(C) que contratará serviços técnicos especializados, selecionando empresa de notória especialização mediante procedimento específico em que apenas empresas certificadas possam participar.

(D) que a opção somente será legítima se adotada modalidade licitatória diálogo competitivo, onde empresas credenciadas previamente apresentam suas propostas em lances sucessivos.

(E) pela viabilidade jurídica caso se trate de contratações paralelas e não excludentes e se mostre viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

33. De acordo com as disposições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal tem-se que a geração de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Executivo

(A) deve ser cumprida integralmente dentro do exercício e, caso tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, deve contar com disponibilidades de caixa suficientes para o pagamento correspondente.

(B) deve ser integralmente liquidada e paga até o final do exercício, sendo expressamente vedada a geração de restos a pagar que onere o exercício subsequente.

(C) somente é admissível em se tratando de despesa de caráter continuado, oriunda de lei ou ato normativo e que não afete as metas fiscais previstas na Lei Orçamentária Anual.

(D) não pode ultrapassar a margem de geração de restos a pagar prevista no Anexo de Riscos Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, vedada a edição de crédito especial para sua cobertura.

(E) enseja o registro obrigatório das referidas despesas como restos a pagar não processados, que deverão ser objeto de cancelamento, salvo se passível de cobertura pela Reserva de Contingência que integra a Lei Orçamentária Anual.

34. Suponha que determinadas empresas contratadas pela Administração Pública estadual tenham atuado em conluio para obter vantagem econômica consistente na prática de preços superfaturados em licitações, fraudando o caráter competitivo dos certames. Nesse contexto, tendo sido instaurado Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), nos termos estabelecidos pela Lei Anticorrupção, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, algumas das empresas implicadas cogitaram firmar acordo de leniência, o que, de acordo com o que dispõe o referido diploma legal,

(A) somente será possível se todas as empresas implicadas firmarem o acordo, de forma conjunta ou individualizada, assegurando a integral reparação do dano e o pagamento de multa correspondente a, pelo menos, um terço do valor total dos prejuízos apurados.

(B) se deferido pela comissão julgadora do PAR, deverá prever o integral ressarcimento dos danos causados à Administração, tendo como contrapartida o afastamento das responsabilidades individuais dos dirigentes das empresas colaboradoras.

(C) não será viável, eis que o acordo de leniência somente é admissível antes da instauração do PAR e desde que a empresa proponente apresente elementos probatórios suficientes para comprovação da materialidade dos danos e identificação dos envolvidos no ilícito.

(D) somente será admissível, preenchidos os requisitos legais, para a primeira empresa que manifestar interesse em cooperar com a apuração do ilícito e desde que cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.

(E) não será viável se tipificado crime contra a Administração pública, haja vista a comunicação das responsabilidades administrativa, civil e penal prevista no referido diploma legal.

Direito Empresarial

35. De acordo com o Código Civil, o empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão

(A) pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(B) deve, obrigatoriamente, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

(C) pode requerer inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(D) deve, obrigatoriamente, requerer inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

(E) pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, mas, mesmo depois de inscrito, não se equipara ao empresário sujeito a registro.

36. São sociedades não personificadas a sociedade

(A) simples e a sociedade em comum.

(B) simples e a sociedade em conta de participação.

(C) em comum e a sociedade em nome coletivo.

(D) em comum e a sociedade em conta de participação.

(E) em nome coletivo e a sociedade em conta de participação.

37. De acordo com o Código Civil, para determinar-se o montante máximo da participação de uma sociedade em outra, que seja sua sócia, será considerado o montante

(A) das próprias reservas, incluída a reserva legal.

(B) das próprias reservas, excluída a reserva legal.

(C) dos lucros distribuídos nos últimos cinco anos.

(D) dos lucros distribuídos no último exercício.

(E) dos lucros apurados no último exercício, ainda que não distribuídos.

38. As operações entre sociedades anônimas ligadas por relação de controle não submetidas a convenção de grupo

(A) são peremptoriamente vedadas.

(B) são peremptoriamente vedadas, salvo se forem previamente autorizadas pelas respectivas assembleias-gerais, a serem convocadas especificamente para deliberar sobre a sua conclusão.

(C) são peremptoriamente vedadas, salvo se forem previamente autorizadas pelos respectivos conselhos de administração e fiscal, se houver.

(D) deverão observar condições estritamente comutativas, vedada a realização de operação que favoreça alguma das companhias, ainda que mediante pagamento compensatório adequado.

(E) deverão observar condições estritamente comutativas, ou prever pagamento compensatório adequado.

39. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, consiste numa subsidiária integral a companhia

(A) cujo capital social se acha completamente integralizado.

(B) cujo capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias.

(C) que tem como único acionista sociedade brasileira.

(D) controlada por sociedade que detém mais da metade das suas ações com direito de voto, ainda que a maioria das suas ações preferenciais seja detida por terceiros.

(E) cujos quadros administrativos são integralmente coincidentes com os da companhia controladora, inclusive no âmbito do conselho de administração, se houver.

40. Segundo a ordem de classificação dos créditos aplicável à falência do empresário, as multas tributárias preferem aos créditos

(A) quirografários e subordinados.

(B) gravados com direito real de garantia e subordinados.

(C) derivados da legislação trabalhista que excederem 150 salários-mínimos por trabalhador.

(D) subordinados e aos juros vencidos após a decretação da falência.

(E) quirografários e aos juros vencidos após a decretação da falência.

41. De acordo com o Código Civil, o preposto

(A) não pode, salvo mediante autorização expressa ou tácita, negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

(B) não pode, salvo apenas mediante autorização expressa, negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

(C) pode, salvo apenas se expressamente proibido de fazê-lo, negociar por conta própria ou de terceiro, bem como participar, direta ou indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

(D) pode, salvo se expressa ou tacitamente proibido de fazê-lo, negociar por conta própria ou de terceiro, bem como participar, direta ou indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

(E) não pode, ainda que mediante autorização expressa, negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

42. Acerca da escrituração, considere:

I. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, sendo vedado o uso de códigos ou de abreviaturas.

II. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados pelo próprio empresário ou administrador da sociedade empresária, sendo facultativa a autenticação no Registro Público de Empresas Mercantis, exceto apenas para as companhias abertas, em relação às quais esta providência é obrigatória.

III. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico; no entanto, é dispensado dessas exigências aquele que a lei qualifica como pequeno empresário.

IV. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica; no entanto, a adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

Direito Civil e Direito Penal

Atenção: As questões de números 43 a 46 referem-se a Direito Civil.

43. A lei

(A) terá vigor até que outra a modifique ou revogue, ou caia em desuso.

(B) nova não revoga nem modifica a lei anterior no caso de estabelecer disposições especiais a par das já existentes.

(C) começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.

(D) cujo texto for modificado antes de entrar em vigor tem o prazo de *vacatio legis* estendido em quinze dias.

(E) posterior só revoga a anterior quando expressamente o declare.

44. Na esfera administrativa, a revisão da validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais

(A) da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

(B) vigentes ao tempo da revisão, mesmo que diferentes daquelas aplicáveis à época do ato, podendo-se declarar inválidas situações plenamente constituídas com base em mudança de orientação geral ocorrida posteriormente ao ato.

(C) da época, podendo-se declarar inválidas situações plenamente constituídas com base em mudança de orientação geral ocorrida posteriormente ao ato, desde que inexista prejuízo ou os prejudicados sejam indenizados.

(D) vigentes ao tempo da revisão, mesmo que diferentes daquelas aplicáveis à época do ato, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas, salvo se a orientação anterior passar a ser reputada inadmissível pela jurisprudência majoritária.

(E) vigentes à época ou ao tempo da revisão, desde que adotado entendimento idêntico em relação a todos aqueles que estejam na mesma situação, podendo-se declarar inválidas situações plenamente constituídas com base em mudança de orientação geral ocorrida somente quando a lei nova assim autorizar.

45. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito

(A) privado, ao passo que organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.

(B) privado, ao passo que as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público.

(C) privado, assim como as fundações e as sociedades de economia mista.

(D) público, assim como as autarquias e as organizações religiosas.

(E) público, assim como as sociedades de economia mista.

46. Interrompida pelo protesto, a prescrição

(A) somente poderá ser novamente interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação.

(B) somente poderá ser novamente interrompida pela efetiva citação.

(C) poderá ser novamente interrompida por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

(D) poderá ser novamente interrompida por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

(E) não poderá ser interrompida por uma segunda vez.

Atenção: As questões de números 47 a 50 referem-se a Direito Penal.

47. De acordo com o que estabelece o Código Penal e o entendimento dos Tribunais Superiores acerca da extinção da punibilidade:

(A) Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos de prescrição previstos para as penas privativas de liberdade.

(B) A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, que aumenta de um terço, se o condenado é reincidente.

(C) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes permanentes, do dia em que se iniciou a prática criminosa.

(D) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de dezoito anos, ou, na data da sentença, maior de sessenta e cinco anos.

(E) A sentença que, embora tenha concedido o perdão judicial, ainda será considerada para efeitos de reincidência.

48. Em janeiro do corrente ano, no Hospital público estadual, na qualidade de médico do Sistema Único de Saúde, Eduardo exigiu, para si, de Fernando, a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para realizar na paciente, mãe de Fernando, um exame de ressonância magnética, quando esta encontrava-se internada naquele hospital às expensas do Sistema Único de Saúde, responsável por arcar com os custos do procedimento médico. Diante da situação hipotética acima descrita, a conduta praticada pelo médico constituiu o crime de

(A) peculato mediante erro de outrem.

(B) peculato apropriação.

(C) corrupção passiva.

(D) concussão.

(E) excesso de exação.

49. Os crimes em que o tipo penal descreve a conduta e o resultado naturalístico (necessária modificação do mundo exterior), sendo indispensável a sua ocorrência para haver consumação, são denominados

(A) de mera conduta.
(B) formais.
(C) materiais.
(D) permanentes.
(E) de perigo.

50. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o entendimento dos Tribunais Superiores,

(A) exceto no crime de exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal, que dependerá da representação do ofendido, todos os demais delitos previstos na referida Lei são de ação pública incondicionada.

(B) no crime de suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá extinta a sua punibilidade.

(C) quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo ou por intermédio de outro em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança inclusive o distribuidor ou revendedor.

(D) no crime contra a ordem tributária de deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento, a circunstância de ocasionar grave dano à coletividade, quando constatada, dobrará a pena prevista do delito.

(E) é possível a aplicação da Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe que não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo, para fatos ocorridos antes de sua publicação, por se entender que se trata de mera consolidação da interpretação judicial que já era adotada pelos Tribunais Superiores mesmo antes da sua edição.

Contabilidade Geral

51. A tabela a seguir apresenta as informações sobre as vendas realizadas por uma empresa durante o mês de dezembro de 2018:

Data	Valor (R$)	Data de vencimento
01/12/2018	2.220.600,00	01/03/2020
15/12/2018	1.600.000,00	À vista
22/12/2018	1.400.000,00	À vista

A empresa praticava em dezembro de 2018 a taxa de juros de 0,7% ao mês para as vendas a prazo, sendo que a taxa equivalente para o período de 01/12/2018 a 01/03/2020 era 11,03%.

Os efeitos evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2018 da empresa, decorrentes especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2018, foram:

(A) Receita de Vendas = R$ 5.220.600,00, apenas.
(B) Receita de Vendas = R$ 5.000.000,00, apenas.
(C) Receita de Vendas = R$ 5.000.000,00 e Receita Financeira = R$ 14.000,00.
(D) Receita de Vendas = R$ 3.000.000,00 e Receita Financeira = R$ 220.600,00.
(E) Receita de Vendas = R$ 5.000.000,00 e Receita Financeira = R$ 220.600,00.

52. No dia 01/12/2017 a empresa *Endividada S.A.* obteve um empréstimo nas seguintes condições negociadas com a instituição financeira:

- Valor do empréstimo: R$ 11.020.000,00
- Data de vencimento: 01/12/2019
- Forma de liquidação: pagamento integral (principal e juros) na data de vencimento
- Taxa de juros compostos negociada: 3% ao mês
- Na data da obtenção do empréstimo a empresa pagou, para a instituição financeira, custos de transação no valor total de R$ 1.020.000,00

Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado e que a taxa de custo efetivo da operação é 3,42% a.m., o valor dos encargos financeiros reconhecido na Demonstração do Resultado de 2017, referente a este empréstimo foi, em reais,

(A) 330.600,00
(B) 300.000,00
(C) 342.000,00
(D) 1.320.000,00
(E) 1.362.000,00

53. Uma máquina foi adquirida por uma empresa em 31/12/2013. O valor pago, à vista, pela aquisição foi R$ 800.000,00, a empresa definiu a vida útil da máquina em 4 anos e o valor residual esperado foi estimado em R$ 80.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e o valor residual estimado, no final do novo prazo de vida útil, foi R$ 20.000,00.

Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de *"impairment"*) com as seguintes informações disponíveis:

- Valor em uso: R$ 560.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 460.000,00

O valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

(A) 560.000,00

(B) 460.000,00

(C) 540.000,00

(D) 500.000,00

(E) 480.000,00

54. Uma empresa está respondendo a diversas ações e a assessoria jurídica da empresa apresentou as informações sobre a possibilidade de perda dos diversos processos e os prováveis valores com que a empresa terá que arcar. A tabela a seguir apresenta as informações, em 31/12/2019, referentes às várias ações e ainda não ocorreu qualquer audiência ou julgamento para os processos:

Tipo de Processo	Valor Estimado (R$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal relativa ao PIS	2.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa à CSSL	7.200.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao IRPJ	4.800.000,00	Remota
Ação sobre danos ambientais	1.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	4.800.000,00	Provável

Com base nas informações da tabela e sabendo que todos os valores estimados são confiáveis, o valor total que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2019, é, em reais,

(A) 0,00 (zero)

(B) 15.200.000,00

(C) 1.200.000,00

(D) 14.000.000,00

(E) 20.000.000,00

55. Uma mercadoria importada é comercializada por uma empresa nacional. A empresa adquiriu um único lote de um fornecedor no exterior e arcou com os seguintes gastos:

- R$ 4.000.000,00 que foram pagos ao fornecedor da mercadoria
- R$ 400.000,00 de transporte aéreo para trazer a mercadoria para o Brasil
- R$ 40.000,00 de imposto de importação não recuperável
- R$ 160.000,00 de taxas e tarifas para ingresso das mercadorias no País
- R$ 60.000,00 de impostos nacionais que serão compensados com os impostos devidos que incidem no momento da venda
- R$ 100.000,00 para transporte da mercadoria do aeroporto até a sede da empresa

A empresa não tinha saldo de estoque dessa mercadoria antes desta compra e vendeu, à vista, 90% do lote adquirido pelo valor líquido de R$ 5.000.000,00. O Lucro Bruto apurado, exclusivamente em relação ao lote vendido, foi, em reais,

(A) 1.400.000,00

(B) 716.000,00

(C) 770.000,00

(D) 806.000,00

(E) 1.166.000,00

56. No dia 31/10/2016, uma empresa realizou aplicações financeiras que remuneram juros compostos por dia corrido, com as características apresentadas na tabela a seguir:

Valor aplicado (R$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa
800.000,00	0,9% a.m.	01/12/2019	Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
400.000,00	0,8% a.m.	01/12/2021	Valor justo por meio do Resultado
200.000,00	1,0% a.m.	01/12/2021	Custo amortizado

Os valores justos apurados para estas aplicações, em 31/12/2016, eram os seguintes:

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo (R$)
Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	816.000,00
Valor justo por meio do Resultado	402.000,00
Custo amortizado	202.000,00

No Balanço Patrimonial de 31/12/2016, os valores que deveriam ter sido evidenciados para os títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, para os títulos mensurados ao valor justo por meio do Resultado e para os títulos mensurados ao custo amortizado eram, respectivamente e em reais:

(A) 816.000,00, 402.000,00 e 202.000,00
(B) 814.464,80, 406.425,60 e 204.020,00
(C) 814.464,80, 406.425,60 e 202.000,00
(D) 800.000,00, 400.000,00 e 204.020,00
(E) 816.000,00, 402.000,00 e 204.020,00

57. Os Balanços Patrimoniais de 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado de 2016 da empresa *Compra e Vende S.A.* são apresentados a seguir.

Balanços Patrimoniais **(Valores em reais)**

Ativo	31/12/15	31/12/16	Passivo	31/12/15	31/12/16
Ativo Circulante	**1.560.000,00**	**810.000,00**	**Passivo Circulante**	**930.000,00**	**480.000,00**
Caixa e Equivalentes	840.000,00	480.000,00	Fornecedores	750.000,00	180.000,00
Valores a receber de clientes	300.000,00	120.000,00	Impostos a Pagar	90.000,00	120.000,00
Estoques	360.000,00	180.000,00	Receitas antecipadas	90.000,00	60.000,00
Despesas antecipadas	60.000,00	30.000,00	Dividendos a Pagar	-	120.000,00
Ativo Não Circulante	**840.000,00**	**1.350.000,00**	**Passivo Não Circulante**	**600.000,00**	**660.000,00**
Imobilizado			Empréstimos	600.000,00	660.000,00
Imóvel	840.000,00	-			
Equipamentos	-	1.500.000,00	**Patrimônio Líquido**	**870.000,00**	**1.020.000,00**
(–) Depreciação Acumulada		(150.000,00)	Capital Social	780.000,00	780.000,00
			Reservas de Lucro	90.000,00	240.000,00
Total do Ativo	**2.400.000,00**	**2.160.000,00**	**Total do Passivo + PL**	**2.400.000,00**	**2.160.000,00**

Demonstração do Resultado

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016 **(Valores em reais)**

Receita de Vendas	2.520.000,00
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(1.638.000,00)
(=) Lucro Bruto	**882.000,00**
(–) Despesas Operacionais	
Despesas com vendas	(300.000,00)
Despesas administrativas	(150.000,00)
Despesa de depreciação	(150.000,00)
(+) Lucro na venda do imóvel	84.000,00
(–) Despesas financeiras	(60.000,00)
(=) Resultado antes de impostos	**306.000,00**
(–) Despesa com Impostos	(36.000,00)
(=) Lucro Líquido	**270.000,00**

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- O imóvel não sofreu depreciação e o valor da sua venda foi recebido no próprio ano
- As despesas financeiras não foram pagas no ano
- As receitas antecipadas correspondem a adiantamentos recebidos de clientes para a entrega futura de produtos
- As despesas antecipadas correspondem ao pagamento de seguros dos bens do ativo imobilizado
- Os equipamentos foram adquiridos à vista

O Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no ano de 2016 foi, em reais,

(A) 420.000,00
(B) 216.000,00
(C) 276.000,00
(D) 300.000,00
(E) 246.000,00

58. Uma empresa adquiriu uma Marca em janeiro de 2018 pelo valor de R$ 14.000.000,00. No Balanço Patrimonial de 31/12/2018, o valor contábil registrado para essa Marca era R$ 10.000.000,00, com a seguinte composição:

Custo de aquisição	14.000.000,00
(–) Perda por *"impairment"*	(4.000.000,00)
(=) Valor contábil	10.000.000,00

Em 31//12/2019, a empresa obteve as seguintes informações para a realização do novo teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):

- Valor em uso da Marca ..... R$ 10.800.000,00
- Valor justo da Marca ..... R$ 9.400.000,00

Como a Marca apresenta vida útil indefinida, nas demonstrações contábeis do ano de 2019, a empresa deveria

(A) reconhecer, no resultado do ano de 2019, uma perda por desvalorização no valor de R$ 600.000,00.

(B) manter o valor contábil de R$ 10.000.000,00 no Balanço Patrimonial de 31/12/2019.

(C) reconhecer, no resultado do ano de 2019, um ganho no valor de R$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

(D) reconhecer, no resultado do ano de 2019, um ganho no valor de R$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

(E) reconhecer, no resultado do ano de 2019, uma perda por desvalorização no valor de R$ 3.200.000,00.

---

59. A Demonstração do Resultado do ano de 2018 da empresa comercial *Vendemos Quase Tudo S.A.* apresentava a seguinte composição, com os valores expressos em reais:

Vendemos Quase Tudo S.A. Demonstração do Resultado de 2018	
Receita bruta de vendas	1.750.000,00
(–) Impostos sobre vendas	(300.000,00)
(=) Receita Líquida de vendas	1.450.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(850.000,00)
(=) Lucro Bruto	600.000,00
(–) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	(75.000,00)
Despesa com salários	(25.000,00)
Despesa com aluguéis	(10.000,00)
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	490.000,00
(–) Despesas financeiras (juros)	(15.000,00)
(=) Lucro antes dos impostos sobre o lucro	475.000,00
(–) Despesas com impostos sobre o lucro	(105.000,00)
(=) Lucro Líquido	**370.000,00**

O valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos no preço da compra dos produtos que foram comercializados no ano de 2018 era R$ 87.500,00.

O Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa *Vendemos Quase Tudo S.A.* no ano de 2018 foi, em reais,

(A) 490.000,00
(B) 600.000,00
(C) 812.500,00
(D) 825.000,00
(E) 737.500,00

---

60. O Patrimônio Líquido de uma companhia aberta apresentava, em 31/12/2019, as seguintes contas e valores, em reais, na sua composição:

Capital Social	5.000.000,00
Reserva Legal	950.000,00
Reserva Estatutária	250.000,00
Reserva para Expansão	150.000,00

A empresa apurou, no ano de 2020, o Lucro Líquido de R$ 1.200.000,00, cuja destinação foi a seguinte:

- Reserva Legal: conforme estabelecido na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.
- Reserva para Expansão: 20% do Lucro Líquido (conforme aprovado em Assembleia anterior).
- Dividendos Obrigatórios: 30% do Lucro Líquido após a destinação da Reserva Legal, conforme estabelecido no Estatuto Social da empresa.
- Saldo remanescente: destinado conforme estabelecido na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

Os valores que deveriam ser apresentados na conta Dividendos a Pagar no passivo e o valor total do Patrimônio Líquido, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 da empresa, são, respectivamente, em reais:

(A) 342.000,00 e 7.208.000,00
(B) 360.000,00 e 7.190.000,00
(C) 345.000,00 e 6.965.000,00
(D) 360.000,00 e 6.950.000,00
(E) 345.000,00 e 7.205.000,00

Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Setembro/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de
Auditor da Receita Estadual (ARE)

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE
EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVAS OBJETIVAS)
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Heidegger escreveu uma das mais importantes obras de filosofia da contemporaneidade.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Tributária do Amapá

1. Rogério, Auditor da Receita Estadual, no mês de março de 2022, foi designado pela autoridade competente para proceder à fiscalização do ICMS na empresa "DFG & GHJ Ltda.", localizada no Município de Oiapoque/AP. Durante esse mês, Rogério, no

I. dia 08, tomou ciência formalmente de sua designação;

II. dia 14, concluiu o preparo da documentação necessária para proceder à referida fiscalização;

III. dia 18, efetuou a lavratura do Termo de Início de Fiscalização;

IV. dia 22, identificou a existência de infrações relacionadas com as mercadorias estocadas no estabelecimento; e

V. dia 29, constatou a existência de infrações relacionadas com documentos fiscais relativos a saídas de mercadorias do estabelecimento.

De acordo com o disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, considera-se iniciado o procedimento fiscal para apuração das infrações à Legislação Tributária, em

(A) 08 de março, pois a designação de Rogério foi feita formalmente nessa data, dando início ao procedimento.

(B) 14 de março, pois só nessa data Rogério concluiu o preparo da documentação a ser utilizada durante a fiscalização, dando, com isso, início ao procedimento.

(C) 18 de março, pois foi nessa data que ele efetuou a lavratura do Termo de Início de Fiscalização.

(D) 22 de março, pois essa foi a data em que ele constatou, pela primeira vez, a existência de uma infração.

(E) 29 de março, exclusivamente no tocante às infrações que foram constatadas em relação aos documentos fiscais de saídas de mercadorias do estabelecimento.

---

2. José, residente e domiciliado em Santana/AP, adquiriu de seu primo Marcos, residente e domiciliado em Belém/PA, o automóvel de passeio que esse primo utilizou por pouco mais de dois anos. A referida aquisição foi feita em março de 2022, mas a transferência do veículo para o Estado do Amapá só foi feita em junho desse mesmo ano. A documentação relativa ao veículo comprova que o imposto referente ao exercício de 2022 já havia sido integralmente pago ao Estado do Pará.

De acordo com o Decreto estadual nº 3.340, de 14 de dezembro de 1995, relativamente ao exercício de 2022, José, na qualidade de novo proprietário do veículo,

(A) deve o IPVA ao Estado do Amapá, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de aquisição do veículo e o mês de dezembro do mesmo exercício.

(B) deve o IPVA ao Estado do Amapá, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de transferência do veículo para o Amapá e o mês de dezembro do mesmo exercício.

(C) deve apenas a diferença de IPVA ao Estado do Amapá, calculada entre o valor do imposto comprovadamente recolhido ao Estado do Pará e o imposto total devido ao Estado do Amapá, caso o valor devido a este Estado seja superior ao valor pago ao Estado de proveniência do veículo.

(D) não deve IPVA ao Estado do Amapá.

(E) deve o IPVA integralmente ao Estado do Amapá, ressalvada a possibilidade de pleitear a restituição do imposto efetivamente pago ao Estado do Pará.

---

3. De acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto estadual nº 2.269, de 24 de julho de 1998, o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Modelo 58, é documento fiscal eletrônico que deve ser utilizado em situações específicas. De acordo com o citado RICMS,

(A) o MDF-e deverá ser utilizado pelos contribuintes do ICMS, em concomitância com o Manifesto de Carga, modelo 25.

(B) o MDF-e tem existência apenas digital e sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela Autorização de Uso de MDF-e concedida pela administração tributária da Secretaria da Receita.

(C) o MDF-e deverá ser emitido pelo contribuinte emitente de CT-e, de que trata o Ajuste SINIEF 09/2007, de 25 de outubro de 2007, e pelo contribuinte emitente de NF-e, vedada sua emissão nas situações em que haja transbordo, redespacho, subcontratação ou substituição do veículo.

(D) deverão ser emitidos tantos MDF-e e distintos quantas forem as unidades federadas de descarregamento, agregando, por MDF-e, em lotes não superiores a 100, os documentos referentes às cargas a serem descarregadas em cada uma delas.

(E) o estabelecimento emissor de MDF-e está obrigado à emissão da Capa de Lote Eletrônica (CL-e), prevista no Protocolo ICMS 168/10.

4. Pedro, viúvo, faleceu, deixando uma herança no valor de R$ 900.000,00, composta por depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, os quais se encontram em agência bancária localizada em Santana/AP. No processo judicial de arrolamento, que tramita na Comarca de Macapá/AP, apurou-se que não foram deixadas dívidas nem despesas de funeral a serem pagas. Os únicos herdeiros de Pedro eram seus três filhos: Quintino, Roberta e Simão, todos domiciliados em Macapá, a quem foram atribuídos quinhões de igual valor. Roberta e Simão aceitaram seus respectivos quinhões, mas Quintino renunciou integralmente ao seu, em favor de sua irmã, Roberta, que aceitou o valor objeto da renúncia.

   De acordo com o Decreto estadual nº 3.601, de 29 de dezembro de 2000, e tendo em conta tanto a herança transmitida, como a renúncia efetivada,

   (A) Quintino, renunciante, nada deve ao Estado do Amapá, a título de ITCD.

   (B) Roberta deve ao Estado do Amapá, a título de ITCD, a importância total de R$ 9.000,00.

   (C) Simão deve ao Estado do Amapá, a título de ITCD, a importância total de R$ 13.500,00.

   (D) Quintino deve ao Estado do Amapá, a título de ITCD, a importância total de R$ 9.000,00.

   (E) Roberta deve ao Estado do Amapá, a título de ITCD, a importância total de R$ 21.000,00.

---

5. O Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992, criou, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), para o livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial. NÃO se aplica a suspensão prevista no artigo 5º desse Decreto em relação a

   (A) fumos e seus derivados, sem exceção.

   (B) perfumes, desodorantes aerossóis, *eau de toilette*, cremes de barbear e congêneres.

   (C) veículos automotores de passageiros e de carga.

   (D) armas e munições de qualquer natureza, exceto aquelas adquiridas por colecionadores e devidamente certificadas para tal fim.

   (E) bebidas alcoólicas, excetuados os vinhos e espumantes de origem nacional.

---

6. A empresa Santa Ana Ltda., localizada no Município de Macapá/AP, recebeu, durante vários anos, mercadoria desonerada do ICMS, proveniente da empresa AB & CD Ltda., localizada no Estado de Minas Gerais. Relativamente a três dessas operações, aconteceu o seguinte:

   I. recebeu, em maio de 2020, mercadorias que foram revendidas, em fevereiro de 2022, para empresa localizada em Belém/PA;

   II. recebeu, em setembro de 2019, mercadorias destinadas à comercialização pela empresa Santa Ana Ltda., mas que acabaram sendo destinadas ao uso e consumo dela, em janeiro de 2020;

   III. recebeu, em julho de 2021, mercadorias destinadas à industrialização em Macapá, mas que acabaram sendo destinadas a uso e consumo do estabelecimento, em janeiro de 2022.

   De acordo com o estipulado no Convênio ICMS nº 134, de 5 de julho de 2019, o ICMS devido deverá ser recolhido a favor da unidade federada de

   (A) destino, pela remetente mineira, relativamente à remessa descrita no item I, apenas.

   (B) origem, pela remetente mineira, relativamente às remessas descritas nos itens I e II, apenas.

   (C) origem, pela destinatária amapaense, relativamente às remessas descritas nos itens I, II e III.

   (D) destino, pela destinatária amapaense, relativamente às remessas descritas nos itens I e III, apenas.

   (E) destino, pela destinatária amapaense, relativamente às remessas descritas nos itens II e III, apenas.

---

7. O Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto estadual nº 2.269, de 24 de julho de 1998, contempla várias regras acerca da Escrituração Fiscal Digital (EFD). De acordo com esse Regulamento,

   (A) a EFD substitui a escrituração e impressão dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do ICMS e Registro de Apuração do IPI, desde que, no caso deste último livro, tenha sido concedido, pela Receita Federal, regime especial para essa substituição.

   (B) o contribuinte poderá ser dispensado da obrigação de manter a EFD, desde que a dispensa seja autorizada pela Secretaria da Receita Estadual e pela Secretaria da Receita Federal.

   (C) o contribuinte deverá manter EFD única para todos os estabelecimentos localizados no Estado.

   (D) a EFD é de adoção obrigatória para os contribuintes do ICMS, inscritos ou não no Regime por Apuração de recolhimento, desde que sejam usuários do Processamento Eletrônico de Dados (PED).

   (E) o contribuinte poderá ser dispensado da obrigação de uso do EFD, desde que realize, exclusivamente, operações com mercadorias ou prestações de serviços destinadas ao exterior.

8. Relativamente ao controle das operações de entrada interestadual da carga através de aeroportos do Estado do Amapá, o Decreto estadual nº 1.173, de 1º de abril de 2016, estabelece condições para que a carga transportada por via aérea possa sair do Terminal Retroaeroportuário.

De acordo com o citado Decreto, a carga somente poderá deixar o referido Terminal, mediante a emissão

(A) de Nota Fiscal Eletrônica, excetuados os casos em que a carga se referir a vacinas destinadas à contenção de epidemias ou pandemias.

(B) de Nota Fiscal Eletrônica, excetuados os casos em que a carga se referir a vacinas destinadas à contenção de pandemias.

(C) do Termo de Saída, de Nota Fiscal Eletrônica e de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, excetuados os casos de urgência, tais como aqueles em que a carga seja composta por vacinas ou por mercadorias cujo prazo de validade seja menor do que 30 dias.

(D) do Termo de Saída, solicitada pela companhia aérea ou emitida pelo agente fiscal, via sistema.

(E) de Nota Fiscal Eletrônica e de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, excetuados os casos de urgência, tais como aqueles em que a carga seja composta por mercadorias cujo prazo de validade seja menor do que 30 dias.

---

9. Em 2018, Osório, viúvo, domiciliado em Santana/AP, por meio de ato oneroso, instituiu Paulo, seu sobrinho, usufrutuário, pelo período de 10 anos, de imóvel residencial de sua propriedade, localizado em Laranjal do Jari/AP.

Osório faleceu em 2020, sem deixar herdeiros necessários. Em seu testamento, instituiu Ofélia, sua enfermeira, usufrutuária vitalícia de um apartamento localizado em Macapá/AP, e instituiu Juliana, sua cozinheira, usufrutuária de imóvel rural, localizado no Município de Mazagão/AP, pelo prazo de 20 anos.

O restante de seu patrimônio, composto da nua-propriedade de todos esses imóveis, ficou para seu sobrinho Paulo, seu único herdeiro.

Com base no disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, e considerando que o inventário dos bens deixados por Osório foi processado pela via judicial, em Santana/AP, e ainda, que Paulo, Ofélia e Juliana eram domiciliados em Belém/PA, haverá, relativamente às transmissões acima descritas, ITCD devido ao Estado do Amapá, na

(A) instituição do usufruto sobre os imóveis localizados em Macapá e Mazagão e na transmissão *causa mortis* das nuas-propriedades dos três imóveis, apenas.

(B) instituição do usufruto sobre os três imóveis, apenas.

(C) instituição do usufruto sobre os três imóveis e na transmissão *causa mortis* das nuas-propriedades dos três imóveis.

(D) transmissão *causa mortis* das nuas-propriedades dos três imóveis, apenas.

(E) transmissão *causa mortis* das nuas-propriedades dos três imóveis e na instituição do usufruto vitalício, apenas.

---

10. No transcorrer da sessão de julgamento de determinado processo, Demétrio, Conselheiro do CERF, pediu vista dos autos para melhor analisar a questão em debate. De acordo com o disposto no Decreto nº 1.507, de 4 de junho de 2001, esse Conselheiro deverá restituir o processo no prazo de

(A) 05 dias, podendo ser prorrogado por igual período, nas hipóteses previstas na legislação.
(B) 05 dias úteis.
(C) 10 dias.
(D) 15 dias úteis.
(E) 20 dias.

---

11. O Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992, estabelece que, no interior da Área de Livre Comércio de Macapá/AP e Santana/AP (ALCMS), serão delimitadas Áreas de Entrepostamento, nas quais serão, prioritariamente, instalados entrepostos destinados ao armazenamento de mercadorias a serem comercializadas internamente, na referida ALCMS, reexportadas ou internadas para o restante do território nacional.

Os entrepostos lá instalados serão destinados ao uso

(A) compartilhado, público e das administrações estadual e federal, e a respectiva permissão de exploração, no tocante à parte pública, será precedida de procedimento licitatório a ser realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá, na forma da legislação em vigor.

(B) preferencial das administrações estadual e federal, e a respectiva permissão de exploração será dispensada de procedimento licitatório.

(C) público, preferencialmente, e a respectiva permissão de exploração será precedida de procedimento licitatório a ser realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá, na forma da legislação em vigor.

(D) misto, público e da administração estadual, e a respectiva permissão de exploração será precedida de procedimento licitatório a ser realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá, na forma da legislação em vigor.

(E) público, e a respectiva permissão de exploração será precedida de procedimento licitatório a ser realizado pelo Departamento da Receita Federal, na forma da legislação em vigor.

12. De acordo com o Decreto estadual nº 1.173, de 1º de abril de 2016, o desembaraço fiscal eletrônico de mercadorias e bens

(A) é o procedimento fiscal realizado com base em inspeção remota de mercadorias, nas operações domésticas e internacionais, e se destina à verificação física das mercadorias que ingressam e que saem do Estado.

(B) será realizado em relação às operações de entrada e de saída de mercadorias e bens do Estado, inclusive de procedência ou com destino à Guiana Francesa, nos casos em que esse transporte internacional seja feito pela via terrestre.

(C) poderá ser iniciado sem a presença física da carga no porto ou aeroporto de desembarque, desde que seja feito depósito em garantia, no Banco do Brasil ou no Banco da Amazônia, de, no mínimo, 75% do valor da mercadoria a ser desembaraçada.

(D) procedentes de outras unidades da Federação se inicia no momento do registro da sua entrada no Estado, por meio da leitura da chave da NF-e.

(E) será realizado em relação às operações interestaduais e internacionais de entrada de mercadorias e bens acobertados por Nota Fiscal Eletrônica – NF-e ou pela documentação que acompanhou a mercadoria em seu trânsito internacional, direto, por via terrestre, desde a Guiana Francesa até seu ingresso no Estado.

13. Enzo, domiciliado em Santana/AP, coleciona veículos esportivos nacionais e estrangeiros, e os adquire tanto novos, como usados. Em 2021, Enzo realizou as seguintes aquisições:

I. em maio, adquiriu de estabelecimento revendedor (concessionária) localizado em Macapá/AP, um veículo azul, de fabricação nacional, novo (zero km);

II. em agosto, adquiriu de empresa importadora de veículos localizada em Macapá/AP, um veículo vermelho, novo (zero km), por ela importado;

III. em outubro, adquiriu do Consulado da França, localizado em Macapá/AP, veículo cinza de sua propriedade, de fabricação estrangeira, usado, que se encontrava isento do IPVA;

IV. em dezembro, importou e recebeu, na condição de consumidor final, veículo preto, novo, de fabricação estrangeira.

Com base no disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997,

(A) há IPVA a pagar ao Estado do Amapá, relativamente à aquisição do veículo cinza, sendo que o fato gerador ocorreu na data em que Enzo se tornou o proprietário do referido veículo.

(B) não há IPVA a pagar ao Estado do Amapá, na aquisição do veículo preto, relativamente ao exercício de 2021.

(C) o fato gerador do IPVA ocorreu no momento do desembaraço aduaneiro, relativamente aos veículos vermelho e preto.

(D) há IPVA a pagar ao Estado do Amapá, pelo estabelecimento revendedor, relativamente ao veículo azul, por ter sido esse estabelecimento o primeiro adquirente do veículo novo a ser revendido.

(E) há IPVA a ser pago pela empresa importadora de veículos ao Estado do Amapá, relativamente ao veículo vermelho, mas sem a proporcionalização da base de cálculo do imposto em 1/12 por mês.

14. Matilde teve sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e sua carteira de identidade extraviadas e, por causa disso, precisa obter as segundas vias desses documentos. Ela precisa ainda obter atestado de vida e de residência. Em razão disso, ela procurou os respectivos órgãos competentes para a emissão das referidas segundas vias e dos atestados mencionados, onde lhe informaram, com base no disposto no Decreto nº 7.907, de 29 de dezembro de 2003, que estava isenta de taxas a emissão

(A) das segundas vias da CNH e da carteira de identidade, mas não a dos atestados de vida e de residência.

(B) da segunda via da carteira de identidade, mas não a da segunda via da CNH, nem a dos atestados de vida e de residência.

(C) da segunda via da CNH, mas não a da segunda via da carteira de identidade, nem a dos atestados de vida e de residência.

(D) dos atestados de vida e de residência, bem como da segunda via da carteira de identidade, mas não da CNH.

(E) dos atestados de vida e de residência, mas não a das segundas vias da CNH e da carteira de identidade.

15. De acordo com o Anexo III do Regulamento do ICMS-RICMS, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.269, de 24 de julho de 1998, as regras atinentes à substituição tributária em relação a determinados segmentos, bens e mercadorias serão tratadas em convênios específicos, celebrados pelo Estado do Amapá e pelas demais unidades federadas que tenham interesse.

Dentre os seguimentos, bens e mercadorias expressamente citados nesta situação, encontram-se

(A) as cervejas, os refrigerantes, a energia elétrica e as armas e munições.

(B) o sistema de venda porta a porta, os veículos automotores cujas operações sejam efetuadas por meio de faturamento direto para consumidor e os combustíveis e lubrificantes.

(C) a replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser, os combustíveis e lubrificantes líquidos, derivados de petróleo e as tintas e vernizes.

(D) as armas e munições, o sistema de venda porta a porta e a energia elétrica.

(E) os veículos automotores, a replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser e os lubrificantes e combustíveis, excetuados os não derivados de petróleo.

Tecnologia da Informação Aplicada à Auditoria Tributária

16. A partir de abril de 2012, o campo CHV_NFE do registro C100 da EFD-ICMS/IPI (Sped-Fiscal) é

(A) obrigatório, exceto para COD_SIT = 5 (NF-e ou NFC-e com numeração inutilizada).

(B) opcional, exceto para COD_SIT = 1 (escrituração extemporânea de documento regular).

(C) opcional, exceto para COD_SIT = 4 (NF-e, NFC-e ou CT-e – denegado).

(D) obrigatório, exceto para COD_SIT = 0 (documento cancelado).

(E) obrigatório, exceto para COD_SIT = 8 (escrituração extemporânea de documento cancelado).

17. Com relação aos blocos do arquivo da EFD-ICMS/IPI, segundo o Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 3.1.0, os blocos devem ser organizados e dispostos em sequência, iniciando-se com o bloco 0 e seus registros e terminando no bloco que encerra o arquivo da EFD-ICMS/IPI, ou seja, o bloco

(A) E.

(B) 8.

(C) G.

(D) F.

(E) 9.

18. De acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte referente à NFe, versão 7.0, o arquivo XML da NF-e deverá iniciar com a declaração

(A) `<!DOCTYPE xml>`

(B) `<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`

(C) `<?xml version="1.1" encoding="ASC-II"?>`

(D) `<!DOCTYPE xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`

(E) `<?xml version="1.1" encoding=" ISO-8859-1"?>`

19. O Manual de Orientação do Contribuinte referente à NFe, versão 7.0, informa que a troca de mensagens entre os Web Services do ambiente do Sistema de Recepção da NF-e e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão

(A) XSDL.

(B) HTML.

(C) CORBA.

(D) JSON.

(E) SOAP.

20. O Manual de Orientação do Contribuinte referente à NFe, versão 7.0, informa que o certificado digital utilizado no Sistema Nota Fiscal eletrônica será emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Podem ser utilizados certificados com as seguintes características:

I. Armazenado no computador ou no dispositivo móvel (*smartphone* ou *tablet*).

II. Armazenado em cartão, *token* criptográfico ou diretamente na nuvem.

Os tipos de certificados digitais descritos em I e II são, correta e respectivamente,

(A) A1 e S1.

(B) S1 e S3.

(C) A3 e S3.

(D) A1 e A3.

(E) A3 e T3.

21. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que

(A) os dados sejam utilizados apenas para fins particulares, jornalísticos ou artísticos.

(B) os dados pessoais, objeto do tratamento, tenham sido coletados fora do território nacional.

(C) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços.

(D) a operação de tratamento seja realizada fora do território nacional.

(E) os dados pessoais tenham sido coletados de forma *online*, em meios digitais.

22. Em um banco de dados SQL aberto em condições ideais, considere a existência de uma tabela chamada `clientes` com os campos `clienteID` e `nomeCliente` e de uma tabela chamada `pedidos` com os campos `pedidoID`, `clienteID` e `dataPedido`.

A coluna `clienteID` na tabela `pedidos` se refere ao `clienteID` na tabela `clientes`, ou seja, a relação entre elas ocorre por meio da coluna `clienteID`.

Para selecionar `pedidoID`, `nomeCliente` e `dataPedido` apenas de registros que possuam valores correspondentes nas duas tabelas utiliza-se a instrução SQL

(A) `SELECT pedidos.pedidoID, clientes.nomeCliente, pedidos.dataPedido FROM pedidos INNER JOIN clientes ON pedidos.clienteID=clientes.clienteID;`

(B) `SELECT pedidos.pedidoID, clientes.nomeCliente, pedidos.dataPedido FROM pedidos AND SELECT clientes WHERE pedidos.clienteID=clientes.clienteID;`

(C) `SELECT pedidos.pedidoID, clientes.nomeCliente, pedidos.dataPedido FROM pedidos UNION clientes ON pedidos.clienteID=clientes.clienteID;`

(D) `SELECT pedidos.pedidoID, clientes.nomeCliente, pedidos.dataPedido FROM pedidos FULL INTER JOIN clientes ON pedidos.clienteID=clientes.clienteID;`

(E) `SELECT pedidos.pedidoID, clientes.nomeCliente, pedidos.dataPedido FROM pedidos INNER JOIN FROM clientes WHERE pedidos.clienteID=clientes.clienteID;`

---

23. A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 estabelece que o acesso à informação e às funções dos sistemas de aplicações seja restrito, de acordo com a política de controle de acesso. Nesse sentido, recomenda considerar um conjunto de controles para apoiar os requisitos de restrição de acesso, dentre eles,

(A) controlar quais dados podem ser acessados por um usuário particular.

(B) permitir o acesso irrestrito de outras aplicações produzidas pela organização.

(C) definir para os usuários direito de acesso somente para leitura.

(D) limitar a informação contida nas entradas das aplicações ou sistemas.

(E) prover controles de acesso lógico ou físico para isolamento de todas as aplicações ou sistemas.

---

24. O Cobit 5 é fundamentado em 5 princípios de governança corporativa de TI que permitem que a organização construa um *framework* efetivo de governança e gestão de TI baseado no seguinte conjunto holístico de 7 habilitadores: Princípios, Políticas e Modelos; Pessoas, Habilidades e Competências; Estruturas Organizacionais; Cultura, Ética e Comportamento; Informação; Serviços, Infraestrutura e Aplicativos; e

(A) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

(B) Controle de Qualidade.

(C) Medição e Melhoria Continuada.

(D) Segurança da Informação.

(E) Processos.

---

25. O grupo de informação da NF-e onde se informam os dados do emitente da NF-e, tais como CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço e telefone, é o grupo

(A) A.

(B) B.

(C) C.

(D) D.

(E) E.

---

26. O registro do Bloco 0 da EFD-ICMS/IPI que tem por objetivo informar mercadorias, serviços, produtos ou quaisquer outros itens concernentes às transações fiscais é o

(A) 0200.

(B) 0500.

(C) 0190.

(D) 0600.

(E) 0150.

27. O Registro H005 do Bloco H da EFD-ICMS/IPI tem como objetivo

(A) discriminar os itens existentes no estoque (inventário).

(B) discriminar os valores totais dos itens/produtos do inventário.

(C) informar o(s) período(s) de apuração do ICMS.

(D) complementar as informações do inventário.

(E) discriminar os pagamentos realizados ou a realizar referentes à apuração do ICMS.

28. No modelo ágil de gestão de projetos Scrum, um dos conceitos mais importantes é o

(A) *product backlog*, um diagrama que mostra a quantidade de trabalho a fazer e a quantidade feita ao longo do tempo.

(B) daily *sprint meeting*, uma reunião de cerca de uma hora para se obter ideias para solução de problemas encontrados no projeto.

(C) *sprint*, que consiste em um ciclo de desenvolvimento que, em geral, vai de duas semanas a um mês.

(D) *pair programming*, prática que consiste na programação realizada por duas pessoas em cada computador.

(E) *test driven development*, prática que consiste em definir e implementar os testes de unidade antes da programação.

29. Considere que durante a modelagem de um banco de dados relacional observou-se a existência de duas entidades, `Produto` e `Venda`, que se relacionam com cardinalidade muitos-para-muitos, uma vez que em uma venda pode haver vários produtos e um determinado produto pode estar qualificado em várias vendas (no caso, unidades diferentes do mesmo produto). Como os sistemas gerenciadores de banco de dados relacionais existentes não implementam relacionamento muitos-para-muitos, para criar as tabelas referentes às entidades no banco de dados será necessário

(A) estabelecer uma relação de herança, onde a tabela `Venda` herdará os atributos da tabela `Produto`.

(B) criar uma tabela filha para `Produto` e uma para `Venda` e relacionar estas tabelas filhas com cardinalidade um-para-muitos.

(C) que a chave primária da tabela `Venda` apareça como chave estrangeira na tabela `Produto` e que a chave primária da tabela `Produto` apareça como chave estrangeira na tabela `Venda`.

(D) criar uma tabela de ligação entre `Produto` e `Venda`, onde o relacionamento muitos-para-muitos será dividido em dois relacionamentos um-para-um.

(E) criar uma tabela associativa, onde o relacionamento muitos-para-muitos será desmembrado em dois relacionamentos do tipo um-para-muitos.

30. De acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte, versão 7.00, as mensagens enviadas ao Portal da Secretaria de Fazenda Estadual são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e devem ser assinados digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ de um dos estabelecimentos da empresa emissora da NF-e objeto do pedido. A assinatura do Contribuinte na NF-e será feita na *tag*

(A) <emitNFe>

(B) <infNFe>

(C) <prodNFe>

(D) <sigNFe>

(E) <assignNFe>

Contabilidade Avançada e de Custos

31. A empresa Scipião Ltda. produz móveis rústicos para área externa e um de seus vários produtos é um pufe feito em alumínio e corda náutica. Considere as informações de alguns dos recursos necessários à produção e venda dos pufes:

- Mão de obra dos tecelões: a empresa paga os tecelões por unidade de pufe tecido.
- Mão de obra dos supervisores de produção: os empregados recebem um salário mensal e supervisionam a produção de todos os produtos da fábrica ao mesmo tempo.
- Mão de obra dos vendedores: os vendedores recebem 10% sobre o preço líquido de venda de cada unidade de pufe vendida.
- Energia elétrica para iluminação geral da fábrica: os valores são apurados em conformidade com a medição mensal realizada pela empresa de energia elétrica e o espaço é utilizado para a produção de todos os produtos ao mesmo tempo.
- Aluguel da loja de fábrica: a empresa paga um valor mensal pelo aluguel do espaço onde os pufes já finalizados são expostos para venda, juntamente com os outros produtos da empresa.

Com a finalidade de apurar o custo de produção do objeto de custeio unidade de pufe, a empresa classifica

(A) a mão de obra dos supervisores de produção como custo fixo direto.

(B) a mão de obra dos vendedores como custo variável direto.

(C) a energia elétrica como despesa fixa direta.

(D) o aluguel da loja de fábrica como despesa fixa indireta.

(E) a mão de obra dos tecelões como custo variável indireto.

Instruções: Para responder às questões de números 32 e 33, considere as informações a seguir:

O relatório de produção e vendas do único produto da Indústria Campos Ltda. tem as seguintes informações relativas aos três primeiros meses de 2022:

	Janeiro	Fevereiro	Março
Unidades produzidas	20.000	20.000	20.000
Unidades vendidas	18.000	21.000	18.000

Os custos de produção por unidade (baseados na produção de 20.000 unidades), em reais, são os seguintes:

Custos variáveis diretos	40,00
Custos variáveis indiretos	2,00
Custos fixos indiretos	15,00
Despesas variáveis diretas	4,00
Despesas fixas indiretas	10,50

Não havia estoques iniciais em janeiro de 2022 e não houve alteração dos valores de custos e despesas unitários ao longo dos meses. Do total dos custos e despesas fixos, R$ 68.000,00 são referentes à depreciação do ativo imobilizado. O preço líquido de venda por unidade do produto é R$ 80,00 e o lucro objetivado pelos sócios da empresa é de 5% sobre a receita líquida de vendas.

32. O valor do estoque de produtos acabados da Indústria Campos Ltda. no final de março de 2022 com base no custeio por absorção é, em reais,

(A) 171.000,00

(B) 183.000,00

(C) 114.000,00

(D) 135.000,00

(E) 126.000,00

33. O Ponto de Equilíbrio Econômico mensal da Indústria Campos Ltda., em unidades, é

(A) 15.000

(B) 17.000

(C) 13.000

(D) 17.353

(E) 15.938

34. A empresa Beta Ltda. fabrica os produtos **A** e **B**, cujas informações, por unidade e em reais, são apresentadas a seguir:

Descrição	Produto A	Produto B
Preço líquido de venda	70,00	90,00
Custos variáveis	25,00	25,00
Custos fixos diretos	10,00	17,50
Custos fixos indiretos	15,00	22,50

A empresa produz 1.000 unidades do produto **A** e 3.000 unidades do produto **B** por mês e a taxa de aplicação dos custos fixos indiretos de produção é R$ 7,50 por hora de mão de obra direta. As despesas variáveis diretas somam 10% do preço líquido de venda e o valor das despesas fixas indiretas é R$ 800.000,00 por mês. Nesse caso,

(A) o valor dos custos indiretos fixos alocados à unidade de cada um dos produtos permaneceria o mesmo, se a empresa passasse a utilizar como critério de rateio os custos variáveis por unidade.

(B) o lucro bruto unitário dos produtos **A** e **B** são, respectivamente, R$ 13,00 e R$ 16,00.

(C) os custos fixos diretos são alocados aos produtos com o uso de direcionadores de recursos definidos com base no Custeio Baseado em Atividades.

(D) os custos indiretos fixos de produção por unidade podem ter seus valores alterados, mesmo que não haja mudanças no volume de produção e no critério de rateio.

(E) a margem de contribuição dos produtos **A** e **B** são, respectivamente, R$ 45,00 e R$ 65,00.

35. A empresa *Compra Tudo S.A.* passou a deter o controle da empresa *Perspectiva S.A.* ao adquirir 80% de suas ações. A aquisição ocorreu no dia 31/05/2015 e o valor pago foi R$ 80.000.000,00, valor este correspondente a 80% do valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos pela empresa *Compra Tudo S.A.* O Patrimônio Líquido contabilizado da empresa *Perspectiva S.A.* apresentava, na data da transação, o valor de R$ 90.000.000,00, sendo que a diferença para o valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos correspondia a um imóvel registrado pelo custo no Balanço Patrimonial da empresa *Perspectiva S.A.*

Os valores componentes da conta Investimentos que foram registrados no ativo das demonstrações contábeis individuais da empresa *Compra Tudo S.A.*, na data da aquisição das ações, foram, em reais:

(A) Equivalência Patrimonial = 72.000.000,00; Ágio = 8.000.000,00.

(B) Equivalência Patrimonial = 64.000.000,00; Mais-valia = 8.000.000,00; Ágio = 8.000.000,00.

(C) Equivalência Patrimonial = 80.000.000,00, apenas.

(D) Equivalência Patrimonial = 64.000.000,00; Mais-valia = 10.000.000,00; Ágio = 6.000.000,00.

(E) Equivalência Patrimonial = 72.000.000,00; Mais-valia = 8.000.000,00; Ágio = 0.

Direito Tributário

36. Suponha que a União, depois de ter decretado estado de calamidade pública, resolvesse instituir, por meio de publicação no Diário Oficial, já em dezembro de 2022, empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis, para fazer frente às despesas extraordinárias decorrentes dos prejuízos causados pela referida calamidade.

Nesse caso, a União

(A) não poderia instituir este tributo, tendo em vista que a competência para sua instituição seria dos Estados atingidos pela calamidade, e sua efetiva cobrança poderia ser feita em 2022, não se aplicando neste caso a anterioridade anual ou nonagesimal.

(B) poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança deveria ser feita a partir de 01/01/2023, em observância ao princípio da anterioridade anual.

(C) poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança deveria ser feita em 2023, observando-se, além da anterioridade anual, a anterioridade nonagesimal.

(D) poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança poderia ser feita em 2022, não se aplicando, neste caso, a anterioridade anual ou nonagesimal.

(E) não poderia instituir este tributo, tendo em vista que a competência para sua instituição seria dos Estados atingidos pela calamidade, e sua efetiva cobrança deveria ser feita a partir de 01/01/2023, em observância ao princípio da anterioridade anual.

37. Em determinado Estado brasileiro, a alíquota do ICMS, nas operações internas com aguardente, é de 18% e, naquelas com cerveja, é de 25%, sendo que, nas operações interestaduais com ambos os produtos, que são de origem totalmente nacional, a alíquota é de 7% ou de 12%, conforme o Estado de destino da operação.

O referido Estado, com a finalidade de incentivar a produção e a comercialização de bebidas, pretende reduzir a alíquota de ICMS para 12% nas operações internas com aguardente, e conceder isenção desse imposto nas operações internas com cerveja.

Nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, para este Estado implementar tal pretensão, é

(A) suficiente instituir Lei ordinária estadual, tanto para a aguardente como para a cerveja.

(B) suficiente instituir Lei ordinária estadual para a aguardente, sendo necessário Convênio autorizativo, aprovado por deliberação dos Estados e do DF, seguido de ratificação, pelo Estado, por meio de Decreto estadual, para a cerveja.

(C) suficiente instituir Lei ordinária estadual para a cerveja, sendo necessário Convênio autorizativo, aprovado por deliberação dos Estados e do DF, seguido de ratificação, pelo Estado, por meio de Decreto estadual, para a aguardente.

(D) necessário celebrar Convênio autorizativo, aprovado por deliberação dos Estados e do DF, seguido de ratificação, pelo Estado, por meio de Decreto estadual, tanto para a aguardente como para a cerveja.

(E) necessário celebrar Convênio autorizativo, aprovado por deliberação dos Estados e do DF, seguido de ratificação, pelo Estado, por meio de lei ordinária estadual, tanto para a aguardente como para a cerveja.

38. Determinado Município resolve instituir taxa de coleta de lixo urbano, utilizando como base de cálculo o valor venal dos imóveis localizados no seu perímetro urbano.

À luz da Constituição Federal, a

(A) instituição desta taxa é constitucional, tendo em vista a coleta de lixo ser prestação de serviço público e o imóvel estar localizado no município instituidor.

(B) base de cálculo de imposto pode ser utilizada na cobrança de taxa, desde que o fato gerador seja a prestação de serviço público ou o exercício do poder de polícia.

(C) espécie tributária instituída é taxa, porque o que determina a natureza jurídica do tributo é sua denominação, sendo irrelevante a base de cálculo, neste caso, ser idêntica à do IPTU.

(D) base de cálculo de imposto pode ser utilizada na cobrança de taxa, desde que o fato gerador seja a prestação de serviço público, mas não o exercício do poder de polícia.

(E) instituição da referida taxa, no caso, é inconstitucional, porque, na medida em que o valor venal do imóvel já constitui a base de cálculo do IPTU, esse valor não pode ser adotado como base de cálculo da taxa de coleta de lixo urbano.

39. Empresa foi autuada pelo fisco estadual, em 2019, em 2020 e, novamente, em 2021, por falta de elaboração de documento auxiliar de escrituração fiscal, tendo em vista descumprimento de lei estadual que exigia, à época, a sua obrigatória elaboração, prevendo aplicação de multa para seu descumprimento.

O auto de infração lavrado em 2019 foi definitivamente julgado, em janeiro de 2020, tanto na seara administrativa, como na judicial, onde transitou em julgado, condenando a Empresa ao pagamento da multa ali exigida. A Empresa pagou, em 2021, este débito fiscal.

O auto de infração lavrado em 2020 foi definitivamente julgado, em setembro de 2021, tanto na seara administrativa, como na judicial, onde transitou em julgado, condenando a Empresa ao pagamento da multa ali exigida. A Empresa ainda não pagou o débito exigido.

O auto de infração lavrado em 2021 ainda não teve seu julgamento definitivo realizado, encontrando-se atualmente em fase de tramitação processual na seara administrativa.

Em junho de 2022, foi revogada a lei estadual que previa a obrigatoriedade de elaboração de documento auxiliar de escrituração fiscal, assim como a exigência correlata de multa pela sua não elaboração. Em face dos efeitos retroativos dessa revogação,

(A) caberá à Empresa, no tocante a todos os seus direitos, a restituição do débito fiscal pago relativo à multa lavrada em 2019 e o cancelamento dos autos de infração lavrados em 2020 e 2021.

(B) caberá à Empresa, no tocante a todos os seus direitos, a restituição do débito fiscal pago relativo à multa lavrada em 2019 e o cancelamento do auto de infração lavrado em 2021.

(C) caberá à Empresa, no tocante a todos os seus direitos, a restituição do débito fiscal pago relativo à multa lavrada em 2019 e o cancelamento do auto de infração lavrado em 2020.

(D) serão inexigíveis os débitos fiscais reclamados nos autos de infração lavrados em 2020 e 2021.

(E) será inexigível o débito fiscal reclamado no auto de infração lavrado em 2021.

---

40. Autoridades fiscais de determinado Estado resolveram aumentar a arrecadação dessa unidade federada, cobrando ICMS nas operações com barras de ouro, transacionadas como ativo financeiro, mesmo na ausência de disposição da legislação tributária específica nesse sentido, tendo como suporte para essa exigência o fato de que operações com joias confeccionadas com ouro são tributadas pelo ICMS.

Nesse caso, o ICMS

(A) será devido, pois a equidade foi corretamente aplicada.

(B) será devido, pois a analogia foi corretamente aplicada.

(C) será devido, pois a analogia e a equidade foram corretamente aplicadas.

(D) não será devido, pois a analogia foi incorretamente aplicada.

(E) não será devido, pois a equidade foi incorretamente aplicada.

---

41. A empresa Floresta Ltda., em procedimento de fiscalização, foi notificada da lavratura de auto de infração, com exigência de imposto e multa, sendo seus sócios João, Maria e Carlos considerados responsáveis tributários solidários por comprovado interesse comum na situação que constituiu o fato gerador do tributo.

Em petição de impugnação do auto de infração dirigida ao fisco, João solicitou que o débito fiscal exigido fosse cobrado dele por último, justificando que se encontrava em situação financeira precária.

Por sua vez, Maria teve perdão de seus débitos, tendo em vista o reconhecimento pelo fisco de ser possuidora de doença incurável prevista em lei de outorga pessoal de remissão.

Carlos resolveu pagar 1/3 da dívida total, pleiteando ao fisco sua retirada da situação de solidário, mesmo sem disposição legal expressa neste sentido.

Com base na situação relatada e com fundamento no CTN, com relação à solidariedade dos sócios,

(A) João deve ter seu pedido deferido, sendo que Carlos permanecerá responsável solidário somente pelo saldo remanescente devido.

(B) João deve ter seu pedido indeferido, permanecendo juntamente com Carlos como responsável solidário pelo saldo remanescente devido.

(C) com a remissão concedida a Maria e o pagamento feito por Carlos de sua parte, como responsável, remanesce como solidário pelo saldo apenas João, devendo ser indeferido seu pedido.

(D) a remissão concedida a Maria se estende a João e a Carlos, tendo em vista a situação de solidariedade de todos os sócios.

(E) João deve ter seu pedido indeferido, permanecendo Maria e Carlos como responsáveis solidários, tendo em vista haver saldo remanescente devido.

42. José, proprietário de loja de calçados, pretendendo ampliar e diversificar seus negócios, adquiriu panificadora de Elis, ingressando, imediatamente, neste novo ramo.

Por sua vez, Elis, aproveitando o dinheiro adquirido com a venda, viajou para fora do país, retornando somente após 7 meses, quando reiniciou seus negócios, no ramo de comércio de roupas.

Decorridos 8 meses da aquisição feita por José, a panificadora foi visitada pelo fisco estadual e recebeu notificação de auto de infração, informando sobre a existência de débitos tributários não pagos, cujos fatos geradores teriam ocorrido antes de sua aquisição por José.

Com base na situação relatada, a responsabilidade pelos tributos devidos pela padaria adquirida deverá ser atribuída a

(A) José, que responde integralmente.

(B) José e Elis, que respondem solidariamente.

(C) José, que responde de forma subsidiária com Elis.

(D) Elis, que responde de forma subsidiária com José.

(E) Elis, que responde integralmente.

---

43. Empresa mineira, fabricante de computadores, contrata, onerosamente, transportadora paulista para transportar 1.000 monitores de sua fábrica, em Belo Horizonte/MG, para comprador localizado em Vitória/ES.

Com base na situação relatada e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, o ICMS relativo à prestação de serviços de transporte interestadual dos computadores é devido ao Estado

(A) de São Paulo, sendo incidente no início do transporte.

(B) de Minas Gerais, sendo incidente no término do transporte.

(C) do Espírito Santo, sendo incidente no término do transporte.

(D) de Minas Gerais, sendo incidente no início do transporte.

(E) de São Paulo, sendo incidente no término do transporte.

---

44. Na compra, a prazo, de um aparelho celular de última geração, no valor total de R$ 1.000,00, dividido em 10 prestações, o vendedor, para não perder o negócio, deixa de acrescentar juros sobre esse parcelamento e ainda concede, já no ato da venda, um desconto de R$ 100,00. O comprador é ainda informado de que, se pagar a primeira parcela com antecedência mínima de 15 dias em relação à data do vencimento constante do boleto, serão concedidos, automaticamente, somente nesta primeira prestação, mais R$ 50,00 de desconto. Por sua vez, o comprador, com receio de furto ou roubo do aparelho adquirido, contrata seguro no valor de R$ 60,00.

Faltando pouco mais de 15 dias para o vencimento da primeira parcela, o comprador efetua seu pagamento, com o desconto de R$ 50,00.

Com base na situação relatada e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, o montante correspondente à base de cálculo do ICMS devido na operação de venda do celular é

(A) R$ 1.060,00.

(B) R$ 910,00.

(C) R$ 960,00.

(D) R$ 900,00.

(E) R$ 1.000,00.

---

45. Em contrato de empreitada, empresa de construção civil, sediada em Macapá/AP, contratada para realizar uma obra em Oiapoque/AP, envia para o local da obra 100.000 tijolos fabricados nos fornos construídos em sua sede, em Macapá/AP. Adquire, ainda, de depósito de material de construção, mais 10.000 tijolos e os envia para o local da obra. Em precário forno, montado pela construtora no local da obra, fabrica e lá utiliza mais 2.000 tijolos.

Com base nestas informações e na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, quanto ao ICMS, a construtora

(A) deve pagar pelo envio dos 110.000 tijolos, mas não pelo fornecimento dos 2.000 tijolos fabricados na obra.

(B) deve pagar pelo envio dos 100.000 tijolos fabricados por ela na sua sede, mas não pelo envio dos 10.000 tijolos adquiridos do depósito, nem pelo fornecimento dos 2.000 tijolos fabricados na obra.

(C) não deve pagar por ser empresa de construção civil.

(D) não deve pagar pelo envio dos 100.000 tijolos fabricados por ela na sua sede, mas deve pagar pelo envio dos 10.000 tijolos adquiridos do depósito e pelo fornecimento dos 2.000 tijolos fabricados na obra.

(E) deve pagar pelo envio dos 110.000 tijolos, e também pelo fornecimento dos 2.000 tijolos fabricados na obra.

Auditoria Tributária

46. Considere a anedota abaixo:

"*Um motorista para seu caminhão em frente ao mercado e oferece:*

– Seu João, eu tenho uma carga de arroz sem nota fiscal que estou vendendo pela metade do preço.

Percebendo a oportunidade, o comerciante prontamente aceita a proposta, mas pede a um funcionário que fique atento à fiscalização. Em meio à descarga, volta o funcionário alertando que uma viatura se aproximava.

O comerciante, então, pediu aos empregados que invertessem o procedimento, tornando a carregar a mercadoria no caminhão.

– Venda grande, não é Seu João! – exclama a autoridade administrativa.

– Ah, sim! A melhor do ano! – responde o comerciante.

– E todo esse arroz já tem nota fiscal?

– Ainda não, porque precisa ver quanto vai caber na caçamba.

– Ah, Seu João, o senhor sabe que a emissão é obrigatória antes do carregamento. Vou ter que multá-lo!

– Nem se dê ao trabalho, pois não quero nenhuma pendência com o fisco! Pessoal: a venda tá desfeita! Pode descarregar toda a mercadoria!"

(Anedota popular, com adaptações)

A curta história acima poderia não ter o mesmo desfecho na prática moderna de auditoria tributária porque

(A) a autoridade administrativa não poderia realizar fiscalizações de ofício, ainda que tenha fundada suspeita de prática ilícita em curso.

(B) a autoridade administrativa poderia realizar teste substantivo no estoque, o que desvendaria a inconsistência de qualquer forma.

(C) com o advento do ajuste SINIEF 07/05, tornou-se inexigível a emissão da Nota Fiscal Eletrônica na hipótese.

(D) nos casos em que o Decreto nº 2.269/1998 isenta o arroz de exação em operações interestaduais, o documento fiscal seria dispensável.

(E) a autoridade administrativa poderia realizar teste de observância no estoque, o que desvendaria a inconsistência de qualquer forma.

47. Considere os seguintes excertos:

I. *Muitas vezes, nesses casos de observação de levantamento físico, o auditor tem de aguçar seus sentidos e lançar mão de toda a sua argúcia.* [...]

II. *Grandes pilhas [desordenadas] de material do tipo que não proporciona alternativa* [...]; *líquidos em tanques* [...]; *grandes quantidades de peças pequenas.*

(Adaptado de: CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria fiscal e tributária**)

O primeiro aborda um teste substantivo aplicável ao saldo de uma das contas do ativo, enquanto o segundo aborda exemplos de dificuldades possivelmente encontradas no procedimento. A conta mais adequada aos trechos mencionados é a de

(A) imobilizado.

(B) provisão para devedores duvidosos.

(C) disponibilidades.

(D) títulos a receber.

(E) estoque.

48. Considere o excerto abaixo:

Dutchi, Hillison e Pacini (2004) afirmam que, em geral, os resultados da análise digital com base na LB [Lei de Bendford] são mais confiáveis se toda a conta contábil for analisada, ao invés de amostrada, uma vez que, quanto maior o número de transações ou itens no conjunto de dados, mais precisa será a análise.

(Adaptado de: SILVA, Archibald de Araujo. **Estimativa do valor do imposto com base na Lei de Bendford**)

Acerca da análise mencionada:

(A) cuida da aplicação de importante legislação para prevenção de fraudes inspirada na experiência inglesa.

(B) ainda não é acolhida como teste substantivo válido pelas normas em vigor, uma vez que não permite amostragem.

(C) trata-se de técnica que observa tão somente o primeiro ou os primeiros dígitos das transações, descartando todo o restante, em busca de regularidades estatísticas.

(D) trata-se de técnica exaustiva, em que as transações amostradas são somadas e rastreadas uma a uma.

(E) trata-se de técnica apta a indicar com precisão o valor do imposto devido.

---

49. O documento Relatório de Vendas, de que trata o Capítulo III do Anexo XXX do Decreto (AP) nº 2.269, de 24 de julho de 1998,

(A) é um documento fiscal.

(B) não possui leiaute regulamentado.

(C) é emitido alternativamente ao DANFE.

(D) não pode deixar de ser emitido, ainda que o consumidor assim o solicite.

(E) se apresenta líquido, vedado o lançamento de valores a título de troco.

---

50. Parte integral do trabalho de auditoria é a execução dos chamados procedimentos analíticos, que, conforme a NBC TA 520, podem ser definidos como

(A) o expediente de confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas.

(B) expedientes e análises realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas, sem desdobramento ao nível de elemento individual de informação, pois estes constituem objeto dos procedimentos sintéticos.

(C) expedientes e análises realizadas nos desdobramentos ao nível de elemento individual de informação, sem as agregações das demonstrações contábeis consolidadas, pois estas constituem objeto dos procedimentos sintéticos.

(D) avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.

(E) a emissão do parecer de auditoria, após concluído todo o trabalho de campo.

---

51. No âmbito das Normas Brasileiras de Contabilidade relativas à auditoria independente, define-se risco de

(A) amostragem como o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

(B) auditoria como o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes.

(C) amostragem como o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes.

(D) auditoria como o risco de o auditor vir a desenvolver conflito relevante de interesses decorrente da continuidade do trabalho de auditoria prestado a uma mesma entidade.

(E) detecção como o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.

---

52. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, são exemplos de risco que não decorre da conduta e dos procedimentos realizados diretamente pelo auditor independente e de risco influenciado diretamente pela conduta e pelos procedimentos realizados pelo auditor independente, respectivamente, o risco

(A) inerente e o risco de controle.

(B) de mensuração e o risco de avaliação.

(C) de detecção e o risco de controle.

(D) de controle e o risco de detecção.

(E) de detecção e o risco de avaliação.

53. Ceticismo profissional, como encontrado NBC TA 200, é a postura

(A) de manter-se questionador e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude, confiando exclusivamente nas evidências de auditoria.

(B) de evitar questionamentos quanto às condições que possam indicar distorção devido a erro ou fraude, com avaliação crítica das evidências de auditoria.

(C) de evitar questionamentos quanto às condições que possam indicar distorção devido a erro ou fraude, confiando exclusivamente nas evidências de auditoria.

(D) questionadora acerca de eventuais alegações informais de ocorrência de erro ou fraude, confiando exclusivamente nas evidências de auditoria.

(E) de manter-se questionador e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude, com avaliação crítica das evidências de auditoria.

---

54. A Nota Fiscal Eletrônica para consumidor final adotada pelo Anexo XXX do Decreto (AP) nº 2.269, de 24 de julho de 1998, é documento emitido

(A) e armazenado eletronicamente por contribuinte credenciado pela Secretaria da Fazenda, de existência apenas digital, antes da ocorrência do fato gerador.

(B) eletronicamente por contribuinte credenciado pela Secretaria da Fazenda e armazenado por esta, de existência apenas digital, antes da ocorrência do fato gerador.

(C) eletronicamente por contribuinte credenciado pela Secretaria da Fazenda e armazenado por esta, de existência apenas digital, após a ocorrência do fato gerador.

(D) e armazenado eletronicamente por contribuinte, independentemente de credenciado pela Secretaria da Fazenda, de existência apenas digital, após a ocorrência do fato gerador.

(E) e armazenado eletronicamente por contribuinte credenciado pela Secretaria da Fazenda, acompanhado da impressão da DANF-e que lhe integra a forma, antes da ocorrência do fato gerador.

---

55. Conforme o Regulamento do ICMS do Estado do Amapá, aprovado pelo Decreto (AP) nº 2269, de 24 de julho de 1998, no âmbito da substituição tributária colhe-se a definição de

(A) item de segmento, que é o agrupamento de itens de bens e mercadorias com características assemelhadas de conteúdo ou de destinação.

(B) segmento, que é o desdobramento do item, quando o bem ou a mercadoria possuir características diferenciadas que sejam relevantes para determinar o tratamento tributário para fins do regime de substituição tributária.

(C) especificação do item, que é a identificação do bem, da mercadoria ou do agrupamento de bens e mercadorias dentro do respectivo segmento.

(D) item de segmento, que é o desdobramento do item, quando o bem ou a mercadoria possuir características diferenciadas que sejam relevantes para determinar o tratamento tributário para fins do regime de substituição tributária.

(E) segmento, que é o agrupamento de itens de bens e mercadorias com características assemelhadas de conteúdo ou de destinação.

---

56. Estabelece o parágrafo primeiro, cláusula nona, do Convênio CONFAZ 142/2018, de que o Estado do Amapá é signatário:

"Ficam as unidades federadas de destino autorizadas a não aplicar o regime de que trata o caput *desta cláusula [substituição tributária] nas operações entre estabelecimentos de empresas interdependentes, exceto se o destinatário for varejista"*

O convênio, entretanto, não define requisitos para caracterizar a interdependência de pessoas jurídicas. No âmbito da regulamentação amapaense do ICMS, a interdependência

(A) é determinada tanto por requisitos objetivos quanto subjetivos, por exemplo, na hipótese em que uma delas promova transporte de mercadoria utilizando veículos da outra, sendo ambas contribuintes do mesmo segmento.

(B) é determinada apenas por requisitos subjetivos, por exemplo, na hipótese em que uma delas detenha 10% ou mais do capital social da outra.

(C) é determinada apenas por requisitos objetivos, por exemplo, na hipótese em que uma tenha sido adquirente de mais de 15% do seu movimento da outra, no exercício anterior.

(D) não é determinada, legando a conclusão de que há interdependência ao juízo fundamentado da autoridade fiscal no auto de infração.

(E) não é determinada, legando a conclusão de que há interdependência aos requisitos vazados em Lei Complementar Federal.

57. Quanto à Escrituração Fiscal Digital para uso pelos contribuintes do ICMS, e, em especial, quanto ao bloco K, que substitui o registro de controle da produção e do estoque, o Ajuste SINIEF 2/2009 estipulou um cronograma de adesão. Segundo tal agenda, em estabelecimentos industriais pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R$ 300.000.000,00, a escrituração completa do bloco K é obrigatória na EFD, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE, a partir de primeiro de janeiro de

(A) 2019.

(B) 2020.

(C) 2021.

(D) 2022.

(E) 2023.

---

58. O Ajuste SINIEF 7/2005 cuida de documentos fiscais eletrônicos dos contribuintes do ICMS e seus eventos. Como exemplo destes documentos e de seus eventos tem-se a Nota Fiscal Eletrônica,

(A) DANF-e, o registro de que esta DANF-e consta em um Romaneio de Embarque, RE-e e o registro de que esta DANF-e consta de um Manifesto de Documentos Fiscais, MDF-e.

(B) DANF-e, o registro de que esta DANF-e consta em um Conhecimento de Transporte, CT-e e o registro de que esta DANF-e consta em uma Duplicata Comercial, DC-e.

(C) NF-e, o registro de que esta NF-e consta em um Romaneio de Embarque, RE-e e o registro de que esta NF-e consta em um Manifesto de Documentos Fiscais, MDF-e.

(D) DANF-e, o registro de que esta DANF-e consta em um Romaneio de Embarque, RE-e e o registro de que esta DANF-e consta em uma Duplicata Comercial, DC-e.

(E) NF-e, registro de que esta NF-e consta em um Conhecimento Eletrônico de Transporte, CT-e, e o registro de que esta NF-e consta em um Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais, MDF-e.

---

59. Quanto aos erros identificados na Nota Fiscal Eletrônica, conforme o Ajuste SINIEF 07/05,

(A) não é possível saná-los, sendo necessário o cancelamento seguido de nova emissão.

(B) é possível saná-los em alguns campos, por meio de Carta de Correção Eletrônica (CC-e), vedada a mudança do remetente ou do destinatário.

(C) não é possível saná-los, nem cancelar a Nota já emitida, sendo o tributo considerado devido de pleno direito.

(D) é possível saná-los em alguns campos, por meio de Carta de Correção Eletrônica (CC-e), desde que se substitua a data de emissão.

(E) é possível saná-los em alguns campos, por meio de Carta de Correção Eletrônica (CC-e), desde que do procedimento resulte manutenção ou aumento do valor do tributo devido.

---

60. Um auditor da receita estadual, sem visitar qualquer estabelecimento comercial, empregou técnica de banco de dados a partir da escrituração eletrônica existente, por meio do qual foi possível montar um painel de empresas, incluindo a composição de alíquotas incidentes no ingresso de mercadorias e os respectivos créditos pleiteados. Após buscar os casos que mais divergiam da média, identificou uma empresa específica em que: I. não havia qualquer entrada de produtos isentos; II. havia créditos contabilizados de mercadorias objeto de consumo próprio; e III. havia créditos contabilizados de mercadorias utilizadas na formação de ativo permanente.

Nessa hipótese,

(A) não é admissível a técnica empregada, pois a fiscalização somente se dá de forma direta, nos termos da legislação em vigor.

(B) é admissível a técnica empregada, sendo possível a lavratura direta do auto de infração quanto à contabilização de crédito na entrada de mercadorias destinadas à formação do ativo permanente, pois, quanto a essas, não há direito ao crédito de imposto.

(C) é admissível a técnica empregada, embora apenas direcionadora dos trabalhos de auditoria, por exemplo, quanto à possibilidade de registro irregular de mercadorias isentas como não isentas, pois, quanto às isentas, não há direito ao crédito de imposto.

(D) não é admissível a técnica empregada, pois o critério escolhido foi arbitrário.

(E) é admissível a técnica empregada, embora apenas direcionadora dos trabalhos de auditoria, por exemplo, quanto à contabilização de créditos das mercadorias destinadas a consumo próprio, pois tal crédito somente será permitido a partir de 01/01/2023.